

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

**MIRCILENE DOS SANTOS**

**ACERVO DE RARIDADES: FORMAÇÃO DO ACERVO E O PROCESSO DE  
CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA PROVINCIAL DE  
SERGIPE (1848-1890)**

**SÃO CRISTOVÃO/SE**

**2016**

**MIRCILENE DOS SANTOS**

**ACERVO DE RARIDADES: FORMAÇÃO DO ACERVO E O PROCESSO DE  
CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA PROVINCIAL DE  
SERGIPE (1848-1890)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Ciência da Informação da  
Universidade Federal de Sergipe para obtenção do  
grau de Bacharel em Biblioteconomia e  
Documentação.

Orientadora: Profa. Ms. Glêyse Santos Santana

**SÃO CRISTOVÃO/SE**

**2016**

### Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237a	<p>Santos, Mircilene dos.</p> <p>Acervo de Raridades: formação do acervo e o processo de criação e desenvolvimento da Biblioteca Pública Provincial de Sergipe / Mircilene dos Santos; orientadora profa. Ms. Glêyse Santos Santana. – São Cristóvão, 2016.</p> <p>89 f.: Il.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Biblioteconomia e Documentação) - Universidade Federal de Sergipe, 2016.</p> <p>1. Desenvolvimento de coleções. 2. Formação de acervo. 3. Bibliotecas públicas. I. Biblioteca Pública Provincial de Sergipe. II. Santana, Glêyse Santos. III. Título.</p> <p>CDU 025.2 CDD 025</p>
-------	--

**ACERVO DE RARIDADES: FORMAÇÃO DO ACERVO E O PROCESSO DE  
CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA PROVINCIAL DE  
SERGIPE (1848-1890)**

**MIRCILENE DOS SANTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Ciência da Informação da  
Universidade Federal de Sergipe para obtenção do  
grau de Bacharel em Biblioteconomia e  
Documentação.

**Nota:** \_\_\_\_\_

**Data de apresentação: 01 de novembro de 2016**

**Aprovada pela banca examinadora:**

**sem correções ( )**

**com correções ( )**

---

**Profa. Ms. Glêyse Santos Santana**

**Orientadora**

---

**Profa. Ms. Paula Barreto Dória Amado**

**(Membro convidado - Externo)**

---

**Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari**

**(Membro convidado - Interno)**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela clareza de raciocínio e determinação para concluir esta jornada acadêmica.

Aos meus familiares e amigos, em especial aos meus irmãos Leonardo e Leandro e a minha mãe Maria José pelo carinho e incentivos para seguir em busca dos meus objetivos.

A professora Ms. Glêyse Santos Santana pela confiança, motivação e orientação deste trabalho.

Aos professores do curso de Biblioteconomia e Documentação por compartilhar seus ensinamentos durante esses anos de curso.

Aos funcionários do Arquivo Público de Sergipe, especialmente a Milton Barboza e aos da Biblioteca Pública Epifânio Dória, em especial ao historiador Pedrinho dos Santos pela atenção e disponibilização dos materiais que foram muito importantes para a conclusão desta pesquisa.

Aos meus colegas de curso, em especial a Erika Oliveira, Luara Santos e Jansen Souza pela amizade e incentivos durante esses anos de estudo.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste sonho.

*“Não é possível estudar-se a história das ideias, a divulgação de novas técnicas, a história da cultura brasileira enfim, sem saber quais os livros e periódicos que existiam à disposição dos brasileiros em diferentes épocas”.*

*Rubens Borba de Moraes, 2006.*

## RESUMO

Esta pesquisa inserida no eixo temático Informação e Sociedade (DCI/UFS) trata da Biblioteca Pública Provincial de Sergipe, hoje Biblioteca Pública Epifânio Dória, em sua primeira fase de funcionamento que corresponde ao intervalo temporal de 1848 a 1890. Especificamente, versará acerca de sua criação e do processo de formação de seu acervo na temporalidade indicada. Para se chegar à especificidade da temática, em primeiro lugar, abordou-se de forma panorâmica a origem das bibliotecas e em específico das bibliotecas públicas em sua “trajetória de guardiã” dos registros do conhecimento. Ainda nessa seção apresentou-se o arcabouço teórico da teoria do Desenvolvimento de Coleções, mote importante para se compreender as estratégias utilizadas na formação do acervo da Biblioteca no período de sua instalação. Em seguida, de forma sucinta o foco recaiu nas bibliotecas públicas provinciais do Brasil, enquanto lugares de preservação da memória institucional da identidade nacional. Posteriormente, contextualizou-se a Província de Sergipe d’El Rey, durante a segunda metade do século XIX, período este, que correspondeu ao desenvolvimento da Biblioteca Provincial local e por fim, foram apresentadas as primeiras obras que figuraram no acervo dessa unidade de informação, as formas de aquisição destas, e as personalidades sergipanas que contribuíram para a formação de seu acervo.

**Palavras-chaves:** Biblioteca Pública Provincial de Sergipe. Bibliotecas Públicas. Desenvolvimento de Coleções. Formação de Acervo. Sergipe no século XIX.

## ABSTRACT

This research, inserted in the main theme and Information and Society (DCI / UFS), deals with the Provincial Public Library of Sergipe, today Public Library EpifânioDória, in its first phase of operation corresponding to the time interval between 1848 and 1890. Specifically, will study about its creation and the formation process of its collection in the indicated temporality. To get to the specificity of the subject, in the first place, it was approached, in a panoramic way, the origin of libraries and, in particular, of public libraries in their "path guardian" of knowledge records. Also in this section, we presented the theoretical framework of the theory of Collection Development, an important theme for understanding the strategies used in the formation of the Library collection in its period of installation. Then, briefly, focus is on the provincial public libraries in Brazil, as preserving places of the institutional memory of the national identity. Later, contextualized to Sergipe d'El Rey Province, during the second half of the XIX century, a period which corresponded to the development of the local Provincial Library and, finally, were presented the first works that figured in the collection of this information unit, the ways of acquiring these, and Sergipe personalities who contributed to the formation of its collection.

**Keywords:** Public Provincial Library of Sergipe. Public Libraries. Collection Development. Collection of Training. Sergipe in the XIX century.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Relação das obras doadas por Dr. Amâncio João Pereira de Andrade .....	56
<b>Quadro 2</b>	Relação das obras doadas por João Gomes de Melo (Barão de Maruim)....	57
<b>Quadro 3</b>	Relação das obras doadas Domingos Mondim Pestana .....	58
<b>Quadro 4</b>	Relação das obras doadas por Dr. Francisco Rabelo Leite .....	59
<b>Quadro 5</b>	Relação das obras doadas por Dr. Guilherme Pereira Rebello .....	59
<b>Quadro 6</b>	Relação das obras doadas João José de Bittencourt Calasans.....	60
<b>Quadro 7</b>	Relação das obras doadas Dr. Joaquim José de Oliveira .....	62
<b>Quadro 8</b>	Relação das obras doadas por reverendo José Gonçalves Barrozo .....	63
<b>Quadro 9</b>	Relação das obras doadas por Dr. Martinho de Freitas Garcez .....	65
<b>Quadro 10</b>	Relação das obras doada por Dr. Antônio Nobre de Almeida Castro.....	66
<b>Quadro 11</b>	Relação das obras doadas por Pedro d' Alcântara Salles.....	66
<b>Quadro 12</b>	Relação das obras doadas por Dr. Manoel Rodrigues Barreto.....	67
<b>Quadro 13</b>	Relação das obras doada por Manoel Antonino de Carvalho Aranha .....	67
<b>Quadro 14</b>	Relação das obras doadas por Dr. Antônio Dias Coelho e Mello (Barão de Estância) .....	68
<b>Quadro 15</b>	Relação das obras doadas por reverendo José Alberto de Santa Anna .....	68
<b>Quadro 16</b>	Relação das obras doadas por Dr. Manoel de Freitas Cezar Garcez.....	69
<b>Quadro 17</b>	Relação das obras doadas por Euzébio Vanerio .....	69
<b>Quadro 18</b>	Relação das obras doadas por José Baptista Vieira de Mello .....	70

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Fachada da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.....	21
<b>Figura 2</b>	Processo do Desenvolvimento de Coleções .....	30
<b>Figura 3</b>	Primeira sede da Biblioteca Provincial em São Cristóvão (Convento São Francisco).....	47
<b>Figura 4</b>	Livro de Política Constitucional.....	58
<b>Figura 5</b>	Enciclopédia da agricultura prática – vol. I .....	60
<b>Figura 6</b>	Enciclopédia da agricultura prática – vol. II .....	61
<b>Figura 7</b>	Enciclopédia da agricultura prática – vol. V .....	61
<b>Figura 8</b>	Livro Curso da história da filosofia .....	64
<b>Figura 9</b>	Livro de Princípios da política .....	65
<b>Figura 10</b>	Livro Lições de Geografia .....	66

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>BN</b>	Biblioteca Nacional
<b>BPED</b>	Biblioteca Pública Epifânio Dória
<b>CRL</b>	Center for Research Libraries
<b>DCI</b>	Departamento de Ciência da Informação
<b>SECULT</b>	Secretaria de Estado da Cultura
<b>UFS</b>	Universidade Federal de Sergipe
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	11
2	A HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS E O PANORAMA HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES.....	15
2.1	História das Bibliotecas: Breves Notas .....	15
2.2	Bibliotecas Públicas .....	18
2.3	Biblioteca Pública no Brasil.....	19
2.3.1	Bibliotecas Públicas Provinciais do Brasil .....	23
2.4	Panorama histórico do Desenvolvimento de Coleções .....	25
3	METODOLOGIA .....	33
4	SERGIPE d’EL REY E SEU CONTEXTO HISTÓRICO (1848-1890).....	35
4.1	A Província de Sergipe d’El Rey na segunda metade do século XIX .....	35
5	A BIBLIOTECA PÚBLICA PROVINCIAL DE SERGIPE: FUNDAÇÃO E FORMAÇÃO DO ACERVO.....	46
5.1	Fundação da Biblioteca Pública Provincial de Sergipe (1848) .....	46
5.2	O desenvolvimento da biblioteca na primeira fase de funcionamento .....	48
5.3	Os doadores e as primeiras obras do acervo de raridades (1851).....	55
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	72
	REFERÊNCIAS .....	75
	APÊNDICE A – Livro de História Natural .....	81
	APÊNDICE B – Livro Anacephaleoses da Monarchia Luzitana .....	82
	APÊNDICE C – Livro Tratado de aritmética.....	83
	APÊNDICE D – Livro de Tratado do magnetismo (filosofia).....	84
	APÊNDICE E – Catálogo bibliográfico do antigo acervo elaborado por Epifânio Dória. ....	85
	APÊNDICE F – Acervo de obras Raras .....	86
	APÊNDICE G – Acervo de Obras Raras (plástico protege os livros das infiltrações) .....	87
	APÊNDICE H – Acervo alojado em condições insalubres.....	88
	APÊNDICE I – Acervo exposto à luz solar .....	89

## 1 INTRODUÇÃO

De origem milenar, pois a literatura afirma que em Roma, no período republicano, já havia instalada uma biblioteca de caráter público, esse modelo de instituição sofreu retração após a Antiguidade, voltando a se fortalecer na era contemporânea. Dessa forma, tal modelo institucional público, firmou-se no século XIX na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América. Sua difusão está diretamente ligada aos ideais democráticos defendidos pela burguesia.

Segundo Guilhermina Arruda (2000) a biblioteca pública teve sua origem em 1850 na Inglaterra, motivada pelas Revoluções Francesa, Industrial e Liberal. Ainda segundo esta autora, essas revoluções foram fundamentais para a expansão de tais unidades de informação, somando-se a isso o auxílio de ricos burgueses que as subsidiaram. Outra questão apontada pela autora para a ampliação das bibliotecas públicas, diz respeito às lutas sociais pela melhoria da qualidade educacional dos bairros pobres dos países industrializados. Conforme Charlene Lemos (2005), foi a partir da pressão dos trabalhadores americanos que teve início o repasse de verbas estatais para subsidiar as bibliotecas públicas.

De acordo com Luís Milanesi (2002) há uma profunda relação entre a leitura e a história das bibliotecas públicas, pois ao observarmos seu desenvolvimento no tempo, constatamos que a crescente evolução dos níveis de educação foi acompanhada pelo desenvolvimento de tais unidades de informação, consideradas um instrumento de apoio pedagógico. Logo, as bibliotecas públicas possuem um papel social. Historicamente, desde seu surgimento, essas instituições têm por função primordial facilitar o acesso e a disponibilização de informações a quem delas necessitar.

No Brasil, com a transferência da Corte portuguesa em 1808, inicia-se a tradição das bibliotecas públicas financiadas pelo Estado, com a Real Biblioteca, hoje Biblioteca Nacional. À época da chegada da Corte portuguesa, foi transferido para o Brasil um acervo de aproximadamente 60 (sessenta mil) peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas. Em 29 de outubro de 1810, por decreto do Príncipe Regente D. João VI foi instalada a Biblioteca Imperial à custa da Fazenda Real, que passou a custear toda a despesa de arranjo e manutenção desse estabelecimento. Posteriormente, outras instituições públicas imperiais foram surgindo, a exemplo da Biblioteca da Província de Sergipe d'El Rey (SILVA, 2012).

A Biblioteca Pública Provincial de Sergipe, hoje, Biblioteca Pública Epifânio Dória, ao longo de mais de 160 anos de existência, se insere na história de Sergipe como uma instituição pública destinada a facultar aos estudantes e pesquisadores os meios de ilustração, fontes documentais e também guardar para as futuras gerações informações gerais e específicas acerca da arte, costumes e dos valores do povo sergipano.

Criada em 16 de junho de 1848, no governo do Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos<sup>1</sup>, Biblioteca Pública Provincial de Sergipe somente foi inaugurada no ano de 1851, no governo de Amâncio João Pereira de Andrade<sup>2</sup>. No primeiro momento, foi instalada em uma das salas do Convento de São Francisco, na cidade de São Cristóvão (à época, capital da Província de Sergipe), sendo reestruturada em março de 1890, no governo do intelectual e político Felisbelo Firmo de Oliveira Freire<sup>3</sup>.

Dessa forma, investigar a história da Biblioteca Pública Provincial em Sergipe e a formação de seu acervo permite trazer à tona informações de cunho sócio-histórico-culturais, tais como: contexto de criação de tal instituição e da própria Província à época; os trâmites legais e recursos financeiros e estruturais necessários e seu estabelecimento; e, por fim, os nomes ligados a implantação de tal instituição e as estratégias de formação de seu acervo. Isto, pois, cada biblioteca pública instalada no Brasil Império, para além do geral, possui suas singularidades.

Dito isto, este trabalho, intitulado Acervo de Raridades: Formação do Acervo e o processo de criação e desenvolvimento da Biblioteca Pública Provincial De Sergipe (1848-

---

1 Foi o 21.º Presidente da Província de Sergipe nomeado em 11.03.1848, exerceu o cargo de 28.04.1848 a 17.12.1849. Nasceu em Valença/BA. Doutor em direito pela Academia de Olinda, formado em 1838. Presidente das Províncias do Piauí e do Paraná. Deputado da Assembleia Legislativa por Sergipe e Bahia. Ministro da Marinha, da Justiça e da Fazenda. Presidente do Conselho de Ministros. Senador do Império pela Bahia. Sócio do Instituto Histórico da Bahia. (BARATA, 2012).

2 Foi o 22.º Presidente da Província de Sergipe nomeado em 09.10.1849, empossado em 17.12.1849, deixando o cargo em 19.07.1851. Bacharel, político e deputado pela Bahia na 6ª legislatura do Império, entre os anos de 1845 a 1847 (BARATA, 2012).

3 Nasceu a em Itaporanga d'Ajuda. Foi graduado doutor em 1882 pela Faculdade de Medicina da Bahia. Foi o primeiro Governador de Sergipe exercendo o poder entre 1889 1890. Na constituinte foi um dos membros da Comissão dos 21, incumbido da reorganização dos Estados. Eleito em várias legislaturas. No governo do Marechal Floriano Peixoto foi gestor da pasta da Fazenda. Clínico, político, jornalista e historiador. Contribui para a fundação do “Clube Republicano” em Laranjeiras. Foi homenageado com os diplomas de sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e do Instituto Arqueológico Pernambucano. Faleceu em Brasília em 1916 (GUARANÁ, 1925).

1890) está inserido na linha de pesquisa Informação e Sociedade do Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e busca levantar o processo de formação do acervo da Biblioteca Pública Provincial de Sergipe (1848-1890) em sua primeira fase, que compreende um período temporal de aproximadamente cinquenta anos. O recorte temporal se justifica pelo fato de que no ano de 1890, a referida biblioteca passou a um segundo estágio de sua existência, sofrendo uma reformulação estrutural, assunto que poderá gerar novos trabalhos acerca dessa instituição secular de Sergipe.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é explicitar o processo de formação do acervo da Biblioteca Provincial de Sergipe, enquanto instituição pública, no seu primeiro período de funcionamento. Como objetivos específicos, buscou-se: traçar um breve panorama histórico em relação às bibliotecas públicas e um apanhado teórico do Desenvolvimento de Coleções; apresentar o contexto histórico de Sergipe, durante a segunda metade do século XIX, período que corresponde a fundação e desenvolvimento da Biblioteca Pública Provincial de Sergipe (1848-1890); analisar o processo de formação do acervo na primeira fase da referida biblioteca, apresentando as primeiras obras que figuraram no acervo da instituição, buscando compreender as estratégias utilizadas pelo poder público para sua aquisição e identificar as pessoas que participaram do processo de fundação da primeira biblioteca de Sergipe.

Tal trabalho se justifica pela necessidade de resgate da memória institucional da Biblioteca de Sergipe, a terceira instituição pública Provincial do Brasil, bem como trazer à tona, as estratégias de formação de seu acervo em suas primeiras décadas, sendo que algumas dessas obras ainda compõem o acervo de Raridades<sup>4</sup> dessa unidade de informação.

A questão norteadora dessa pesquisa se constitui das seguintes indagações: como se deu a fundação da Biblioteca Pública Provincial de Sergipe? Como foi formado e desenvolvido o acervo da referida biblioteca em sua primeira fase de funcionamento?

Defende-se como hipótese deste trabalho, que o acervo da Biblioteca Pública Provincial de Sergipe, foi formado a partir de doações, não havendo nenhuma preocupação com o desenvolvimento de coleções adequado às necessidades intelectuais dos sergipanos à época.

---

4 É preciso aqui atentar que a raridade conferida a tais obras se deve à dificuldade na obtenção dos exemplares e a seu alto valor histórico e monetário.

Posto isso, a próxima seção deste trabalho vai evidenciar o referencial teórico que estrutura a observação do fenômeno estudado e será exposta a história das bibliotecas com ênfase nas unidades públicas e do processo de desenvolvimento de coleções.

## **2 A HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS E O PANORAMA HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES**

Esta seção deste trabalho possui como objetivo realizar um panorama acerca da história da biblioteca, com ênfase na unidade pública. Também é preocupação desta, apresentar questões relacionadas ao Desenvolvimento de Coleções, fundamental para apreender a forma de aquisição e formação de coleções da primeira biblioteca de Sergipe em sua primeira fase de funcionamento. Ressalta-se aqui, que embora o termo Desenvolvimento de Coleções, seja posterior ao período abordado pelo trabalho, suas práticas já eram adotadas como estratégias para organização e atualização do acervo da Biblioteca Pública Provincial de Sergipe.

### **2.1 História das Bibliotecas: Breves Notas**

Uma das características do humano é o registro de informações, as mais diversas. Tais registros iniciaram-se em pedra e, os suportes sucederam-se e evoluíram até a era digital, e a biblioteca acompanhou tal evolução. Essas instituições se diversificaram passando a existir diversas modalidades, também para necessidades diversas. O que caracterizou *à priori* a biblioteca, segundo sua origem etimológica foi o sentido de depósito de livros (CUNHA, 1997). Contudo, atualmente, segundo Souza (2005), a biblioteca deve ser vista como toda e qualquer compilação de dados registrados em suportes variados.

Dessa forma, a história das bibliotecas, no contexto mundial, acompanhou a própria história da escrita e das formas de registro do conhecimento humano. Na Antiguidade, já havia registros de diferentes tipos de biblioteca, sendo algumas do tipo minerais e outras, vegetais<sup>5</sup> (MARTINS, 2002). Dessa forma, tais bibliotecas reuniam seus registros em tábuas de argila, e outros materiais, evoluindo posteriormente para coleções de papiros e pergaminhos. Mesmo as mais destacadas, ainda não possuíam caráter público e serviam como verdadeiro depósito ou arquivo de documentos e textos.

---

5 Alusão aos diferentes tipos de suporte de registro da informação, a exemplo da pedra, no caso dos minerais e do papiro no caso dos vegetais.

A biblioteca de Alexandria<sup>6</sup> no Egito foi uma das maiores e mais conhecidas de seu tempo. Criada no século III a.C, durante sete séculos abrigou o maior patrimônio cultural e científico de toda a Antiguidade. Ela não apenas continha um imenso acervo de papiros, pergaminhos e livros (aproximadamente 200 mil volumes), mas também incentivava o espírito investigativo de cientistas e literatos, sendo até hoje reconhecida como um marco entre as bibliotecas em todos os tempos (MARTINS, 2002).

Na Grécia, há muitas controvérsias acerca do surgimento das bibliotecas, sobretudo, em função da tradição de literatura oral dessa civilização. Contudo, além das instituições ligadas aos templos, destacaram-se as bibliotecas de Pisístrato (aparentemente, de caráter público, uma inovação para a época), Eurípedes, Aristóteles e Teofrasto. Em Roma, tais instituições ganharam a conotação de *casas da sabedoria* e na maioria dos casos, seus acervos eram fruto de conquistas bélicas. Até o final de seu poderio, Roma contava com inúmeras bibliotecas particulares, com destaque para a do orador e jurista Cícero, dentre outras. Inclusive uma de caráter público. Contudo, com a queda de Roma, frente aos bárbaros e a ruralização da população, as bibliotecas foram destruídas ou confiscadas pelo clero (MARTINS, 2002).

Na Idade Média, há registros de três tipos distintos de bibliotecas: as bibliotecas dos mosteiros e de ordens religiosas diversas; as bibliotecas das universidades; e as bibliotecas particulares, que pertenciam aos reis, nobres ou grandes senhores. As bibliotecas particulares na sua maioria constituíram a origem das bibliotecas nacionais e possuíam um acervo variado. Não seria errado afirmar que as bibliotecas medievais, ao menos no início, eram apenas um prolongamento das bibliotecas da Antiguidade, uma vez que seu usuário era específico e seu acervo era fechado ao público em geral (BIBLIOTECA NACIONAL, 2014).

É preciso atentar que desde o surgimento das bibliotecas até o período da Renascença os guardiões dos livros eram os sacerdotes ou figuras da elite que vivia reclusos em suas bibliotecas e preocupados em salvar e copiar as obras dos acervos. Dessa forma, as bibliotecas da Antiguidade e da Idade Média não tinham como objetivo dar acesso ao grande público; a preocupação era com preservação dos símbolos de poder e acúmulo de conhecimento para os poucos que tinham o privilégio de consultar seus acervos. Por isso,

---

<sup>6</sup> A Biblioteca de Alexandria foi criada em 280 a.C. pelo fundador da dinastia Ptolomaica (ou Lágida) do Egito, Ptolomeu I Sóter (o Salvador). Tudo indica que a construção daquele magnífico edifício, nas proximidades do palácio real, deveu-se à insistência de Demétrio de Falera, um talentoso filósofo que insistiu com Ptolomeu para que ele tornasse Alexandria uma rival cultural de Atenas (MARTINS, 2002).

durante as invasões e guerras, as bibliotecas e, sobretudo, seus acervos, salvo exceções, não eram poupados da destruição do inimigo, dada a importância simbólica que detinham. Destruí-las, era destruir os símbolos do saber acumulado de um povo, o que significava excluí-lo da história (BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

A Renascença, por sua vez, significou um período de grande transformação em fins do medievo, dada às grandes mudanças socioeconômicas e culturais que propiciou. Uma delas está diretamente relacionada ao surgimento da Imprensa no século XV. Com a criação da tipografia e o surgimento do livro impresso, marca desse momento emblemático para a cultura ocidental, a biblioteca passa a ter existência própria. Dessa forma, é neste período que “as bibliotecas iniciaram, de fato, o seu papel de disseminadoras da informação, e que o bibliotecário assume de fato, a posição de agente central da sustentação das bibliotecas” (SANTOS, 2012, p. 186).

Assim, se pode dizer que o Renascimento significou uma reviravolta na economia política da leitura, criando não apenas uma oferta de novos tipos de livro, mas também novas maneiras de lê-los, embora o público ainda fosse restrito. A coleção de livros raros e importantes obras, bem como a organização destas em bibliotecas, passam a ser uma constante na vida desses homens de letras. Os criadores das bibliotecas renascentistas buscavam demasiadamente pelas grandes bibliotecas da Antiguidade livros de seu interesse ou que pudessem ampliar ainda mais seu prestígio junto aos seus súditos (BARATIN, JACOB, 2000).

Tal perspectiva amplia-se no século XVI, apontado como o início da existência das bibliotecas modernas. Contudo, somente no século XIX as bibliotecas passam a apresentar, mesmo que ainda de forma incipiente, quatro importantes características: laicização, democratização, especialização e a socialização. A biblioteca passa assim, cada dia mais a responder as novas necessidades e questões, tendo uma concepção voltada para uma constante democratização. A concepção de um depósito ou espaço onde a passividade impera vai aos poucos desaparecendo, sobretudo nos grandes centros urbanos (MARTINS, 2002).

No século XX, dá-se também o fenômeno da fragmentação, surgindo variedades de bibliotecas, decorrente de um processo contínuo de especialização, destacando-se ainda, o vertiginoso aumento da produção intelectual em todo o mundo e a impossibilidade de atender aos mais variados públicos que cada vez mais recorriam a essas instituições (MARTINS, 2002). Assim complementa o autor:

Organismo antes reservado a uns poucos, que deviam procurá-la e solicitar-lhe os favores, a biblioteca moderna não apenas abriu largamente as portas, mas ainda sai à procura de leitores; não apenas quer servir ao indivíduo isolado, proporcionando-lhe a leitura, o instrumento, a informação de que necessita, mas ainda deseja satisfazer às necessidades do grupo, assumindo voluntariamente o papel de um órgão sobrecarregado, dinâmico e multiforme da coletividade (MARTINS, 2002, p. 325).

Nesse processo de fragmentação, temos as bibliotecas públicas, instituições que apresentam uma complexa delimitação conceitual e institucional. Mas, podemos compreendê-la como “uma instituição que possui um caráter social, sendo financiada e seguindo regulamentações estatais, facilitando o acesso da população à informação em seus mais variados suportes” (JARAMILLO; MONTOYA RÍOS, 2000, p.17). Assim, após tal exposição geral acerca da evolução das bibliotecas no tempo, buscar-se-á discorrer de forma pontual sobre as bibliotecas públicas, sobretudo no Brasil.

## **2.2 Bibliotecas Públicas**

Segundo a Fundação Biblioteca Nacional (2010) a biblioteca pública é o centro local de informação, que disponibiliza prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento. Os serviços fornecidos pela biblioteca pública baseiam-se na igualdade de acesso para todos, independentemente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social.

Dessa maneira, a biblioteca pública foi criada com os seguintes objetivos: permitir o acesso aos registros do conhecimento, à leitura e de disseminar a cultura popular, entre outros. De acordo com Cunha (2003) é de Atenas, na Antiguidade, o primeiro registro de criação de biblioteca pública de que se tem notícia, embora não confirmado historicamente. Em seguida, Roma, no ano 39 de nossa era. Nesse período as bibliotecas já eram disponibilizadas para um número pequeno de usuários, pois à época existiam poucas pessoas letradas, o que relativiza o possível caráter público de tais instituições. No que diz respeito à história das bibliotecas que se disseram pública, há controvérsias. Isto porque embora seus acervos tenham sido fraqueados ao público, elas surgiram a partir de iniciativas particulares, ou grupos que visavam reunir um acervo que atendesse às suas necessidades, nem que fosse de *status* (ARRUDA, 2000).

Durante a Idade Média, com todo retrocesso por que passou a Europa, a ideia de biblioteca ficou restrita à comunidade clerical e a poucos nobres que a ela tinha acesso,

devido à ruralização e ao extremo controle da Igreja sobre as obras. Somente na Modernidade esse panorama foi alterado. A partir do século XVII, surgiram as primeiras bibliotecas públicas, patrocinadas por mecenas - pessoas que patrocinavam artistas e escritores para obter prestígio (MORAES, 2006).

Conforme Arruda (2000), a Revolução Industrial em fins do século XVIII trouxe a necessidade de qualificar a mão-de-obra para o manuseio de máquinas, sendo necessário o domínio da prática de leitura. Dessa forma, a biblioteca pública surge nesse cenário como elemento essencial de aprimoramento dos trabalhadores que não frequentavam o ensino formal. Entretanto, a abertura maciça das instituições, até então de difícil acesso ao grande público, deu-se a partir da Revolução Francesa, que foi considerada o estopim para os ideais de uma educação pública para todos, visto que antes, tais instituições pertenciam apenas às classes nobres e burguesas. Ou seja, as bibliotecas eram particulares.

Na Idade Contemporânea se concretizaram as instituições públicas democráticas, aberta a todos os grupos sociais. Cunha (2003) enfatiza que neste momento devido à consolidação dos ideais democráticos baseados na filosofia da educação para todos. As bibliotecas passam a ser criadas com o objetivo explícito de auxiliar a educação formal e propagaram-se como espaço de aprendizagem contínua.

Dessa forma, ainda segundo Martins (2002, p. 326), “a palavra pública deve ser encarada em seu sentido mais profundo e em toda a extensão do seu significado”. Assim, o verdadeiro sentido da biblioteca pública é voltado para a atuação livre, aberta, democrática, socializadora, ao mesmo tempo em que cuida da preservação da memória, investe na construção do conhecimento, soma esforços para que se transforme e seja transformada para e pelo usuário, e que em razão deste, possa se tornar um ambiente vivo e efervescente de cultura (ARRUDA, 2000).

### **2.3 Biblioteca Pública no Brasil**

A história das bibliotecas no Brasil teve seu marco inicial no ano de 1549, com a chegada das ordens religiosas dos Beneditinos, Franciscanos, Carmelitas e Jesuítas. Este, último grupo de clérigos, membros da Companhia de Jesus, fundaram colégios nas capitâneas da colônia brasileira. Os jesuítas mandaram trazer livros de diversos gêneros, não apenas para a instrução dos meninos, mas também para o aperfeiçoamento dos mestres. Com isso, criaram-se as primeiras bibliotecas nas casas de ensino em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Recife e Olinda. Essa ordem religiosa enriquecia suas

livrarias com boas obras, abrangendo os mais diversos tipos de conhecimento, não apenas para atender suas necessidades pessoais, mas pela responsabilidade pelo aprendizado dos alunos dos seminários e colégios que iam das primeiras letras ao curso de filosofia (MORAES, 2006).

No século XVII as ordens religiosas dos beneditinos, franciscanos e carmelitas, tinham anexas aos conventos suas escolas e exerciam função importante na instrução do povo, principalmente, no ensino das primeiras letras. Rubens Borba de Moraes em *Livro e Bibliotecas no Brasil Colonial* (2006) relata a grande importância das bibliotecas dos conventos para a população. Isto, pois inexistiam bibliotecas públicas geridas pelo Estado português nas colônias. Assim, as casas religiosas por possuir riquíssimo acervo de todos os gêneros, franqueavam as obras para população letrada, mediante licenças concedidas pelo diretor de cada instituição (MORAES, 2006).

Dessa forma, nos séculos XVI e XVII não há muitos registros sobre a existência de livros e bibliotecas leigas no Brasil e os que existiam estavam restritos ao exercício das funções dos padres e magistrados. Portanto, somente com o surgimento de instituições de ensino estabelecidas nas variadas ordens religiosas, principalmente da Companhia de Jesus, foram criados os primeiros acervos bibliográficos no país. Foi a partir dos séculos XVIII e XIX, com a existência de uma vida cultural mais expressiva que a leitura e os livros ganharam destaque no cotidiano brasileiro. Foram implantados também lugares especiais para os livros, como bibliotecas e livrarias. A leitura oral, pública ou privada, proliferou-se e os livros passaram a ser lidos e debatidos nesses espaços, surgindo a necessidade de bibliotecas maiores para atender a sociedade (MORAES, 2006).

Para Santos (2012) até o início do século XIX a história das bibliotecas estava resumida a três etapas consecutivas: bibliotecas dos conventos e as pertencentes a particulares; fundação da Biblioteca Real (atual Biblioteca Nacional<sup>7</sup>); criação da Biblioteca Provincial da Bahia.

Cronologicamente, a primeira biblioteca oficial do Brasil foi a Biblioteca Real, cujo acervo original foi trazido com a família real e a corte portuguesa, em 1808, quando Portugal foi invadido pelas tropas de Napoleão. O acervo da Biblioteca Nacional teve origem

---

7 A Biblioteca Nacional possui um acervo riquíssimo, originado da antiga livraria de D. José organizada sob a inspiração de Diogo Barbosa Machado, Abade de Santo *Adrião de Sever*, para substituir a Livraria Real, cuja origem remontava às coleções de livros de D. João I e de seu filho D. Duarte, e que foi consumida pelo incêndio que se seguiu ao terremoto de Lisboa de 1º de novembro de 1755 (BIBLIOTECA NACIONAL, 2014).

na antiga Real Biblioteca ou Livraria Real, criada no reinado de D. José I (1750 – 1777) (BIBLIOTECA NACIONAL, 2014).

A Real Biblioteca brasileira substituíra a biblioteca iniciada por D. João I, que reinou de 1385 -1433, e que havia sido totalmente destruída pelo terremoto e pelo incêndio que ocorreram em Lisboa no dia 1º de novembro de 1755. Esta biblioteca era constituída pela Livraria Real (biblioteca privativa dos monarcas) e a do Infantado (biblioteca destinada aos infantes, filhos dos soberanos portugueses), resultando por fim, na Biblioteca Nacional brasileira, datada de 1810 (BIBLIOTECA NACIONAL, 2014).

**Figura 1** – Fachada da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro



Fonte: Site da Biblioteca Nacional (2014).

Em seu início, a Real Biblioteca no Brasil foi formada por um acervo de 60 (sessenta mil) peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas, que foram inicialmente acomodados em uma das salas do Hospital do Convento da Ordem Terceira do Carmo. O Príncipe Regente decretou em 29 de outubro de 1810, que no lugar que serviu de catacumba aos religiosos do Carmo fosse acomodada a Real Biblioteca, fazendo-se tudo à custa da Fazenda Real, à biblioteca só veio a ser inaugurada para o público quatro anos mais tarde, em 1814. Anteriormente, o acesso era permitido apenas a estudiosos através de pedido. (BIBLIOTECA NACIONAL, 2014).

No ano de 1821, a Família Real regressou a Portugal e D. João VI levou uma grande parte dos manuscritos do acervo. Contudo, após a proclamação da independência do

Brasil, a aquisição da Biblioteca Real pelo Brasil foi regulada mediante a Convenção Adicional ao *Tratado de Paz e Amizade*, celebrado entre Brasil e Portugal, em 29 de agosto de 1825, então a Biblioteca Real passou a se chamar Biblioteca Imperial e Pública da Corte e com o passar dos anos foi intitulada Biblioteca Nacional.

Estão incorporadas ao acervo da Biblioteca Nacional coleções notáveis de valor histórico e preciosidades, a exemplo das coleções: *Barbosa Machado*<sup>8</sup>, *Conde da Barca ou Coleção Araujense*<sup>9</sup>, *Pedro De Angelis*<sup>10</sup>, *Salvador de Mendonça*<sup>11</sup>, *José Antônio Marques*<sup>12</sup>, *Thereza Christina Maria*<sup>13</sup>, *Henri Wallenstein*<sup>14</sup>, *Benedito Otoni*<sup>15</sup>, *Arquivo da Casa dos Contos*<sup>16</sup>, *Alexandre Rodrigues Ferreira*<sup>17</sup> (BIBLIOTECA NACIONAL, 2014).

---

8 Doad a pelo ilustre bibliófilo, é formada de 4.300 obras, dentre livros, estampas e mapas e folhetos raros relacionados com a História do Brasil e de Portugal.

9 Adquirida em leilão em 1819. Antônio de Araújo de Azevedo (o primeiro conde da Barca, foi um diplomata, cientista, político e escritor português. Trouxe a imprensa oficial para o Brasil. A coleção é constituída de 2.365 obras, maior parte dos séculos XVIII e XVII. Possui conjunto de estampas Le Grand Théâtre de l'Univers, em 125 grandes volumes.

10 Adquirida em 1853 de Pedro De Angelis, político e bibliófilo napolitano, naturalizado argentino. Possui 1.717 obras e 1.295 manuscritos, relativos à história da Província Jesuítica do Paraguai e questões de limites na região do Prata.

11 Doad a por Salvador de Mendonça, cônsul do Brasil em Nova York, em 1884. Constitui 122 obras, 07 manuscritos e numerosas estampas. Destacam-se, peças do século XVII, referente ao Domínio Holandês no Brasil.

12 Entre 1889 e 1890, a BN recebeu do proprietário essa coleção formada de 3.920 obras volumes e alguns manuscritos relativos ao Brasil Colônia. Incluem-se na coleção 323 volumes de edições camonianas, a exemplo da edição raríssima de Os Lusíadas, de 1584.

13 Doad a em 1891 pelo ex-imperador D. Pedro II com o desejo de conservar o nome da Imperatriz. É composta de 48.236 volumes, entre folhetos avulsos, fascículos de revistas literárias e científicas, estampas, fotografias, partituras musicais e mapas geográficos impressos e manuscritos. É considerada a maior e mais importante coleção recebida pela biblioteca. Contêm dedicatórias autografadas dos autores ao Imperador e à Imperatriz.

14 Constituí a o arquivo do diplomata russo Henri Jules Wallenstein. Com 2.800 documentos sobre a história política, social e econômica do Brasil no século XIX, sobretudo no período da Regência.

15 Pertenceu ao bibliófilo José Carlos Rodrigues. Foi adquirida pelo Dr. Júlio Benedito Otoni, que a doou à BN, em 1911.

16 Com cerca de 50.000 documentos, entre códices, proveniente da antiga Casa dos Contos de Ouro Preto, do Arquivo Nacional e do Arquivo Público de Minas Gerais. Compreende a documentos dos séculos XVIII e XIX, sobre história de Minas Gerais.

17 Coleção ilustrada com desenhos aquarelados de Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, produzida pelo naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, relativa à viagem de D. Maria I, pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre 1783 e 1792.

Atualmente a Biblioteca Nacional brasileira é considerada oficialmente, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a oitava maior do mundo, pelo seu valor histórico e pela quantidade de peças do seu acervo. Possui a mais rica coleção de livros da América Latina, com mais de nove milhões de peças. Está sob sua responsabilidade coletar, guardar, preservar e difundir a produção bibliográfica brasileira. É referência insubstituível para profissionais das humanidades, das ciências, das artes, pelos que pesquisam sobre a construção do Brasil e as projeções europeias no Novo Mundo. (PORTELLA, 2010).

### 2.3.1 Bibliotecas Públicas Provinciais do Brasil

Para Silva (2012) a criação das bibliotecas públicas provinciais ocorreu devido à descentralização do sistema de ensino no Brasil motivado pelo Ato Adicional de 1834, uma vez que essas bibliotecas estavam diretamente ligadas às instituições e diretorias de ensino ou aos Liceus das capitais das provinciais. De acordo com (SUAIDEN, 1980, p. 7-8 *apud* SILVA, 2012, p. 16-17) a criação das bibliotecas públicas provinciais acompanhou a seguinte cronologia, a saber:

- **Biblioteca Provincial da Bahia** - Foi oficialmente inaugurada no dia 04 de agosto de 1811, instalada no antigo Colégio dos Jesuítas. Criada por iniciativa dos cidadãos, liderados por Pedro Gomes Ferrão Castello Branco<sup>18</sup> que encaminhou um projeto, datado de 05 de fevereiro de 1811, ao Conde dos Arcos, governador da Capitania da Bahia, solicitando a aprovação do plano para a fundação da biblioteca. Sendo considerada, por alguns, a primeira biblioteca com um caráter verdadeiramente público, uma vez que a Real Biblioteca do Rio de Janeiro já existente em Lisboa, apesar de ter sido apenas transferida de sede, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, somente foi aberta ao público em 1814 (MORAES, 2006; SILVA, 2012);
- **Biblioteca Pública Provincial do Maranhão** - Foi criada em 08 de julho 1826. Contudo, sua abertura oficial ao público se deu no dia 03 de maio de 1831;
- **Biblioteca Pública Provincial de Sergipe** - Criada pela Lei Provincial nº 233, de 16 de junho de 1848 e sancionada pelo Presidente Dr. Zacarias de Góis de Vasconcelos. O

---

<sup>18</sup> Coronel, proprietário abastado e oriundo de uma das mais distintas famílias da Província, que em repeti das viagens á Europa havia adquirido conhecimentos suficientes para que pudesse empenhar-se na criação da biblioteca.

autor do projeto de lei foi o deputado Dr. Martinho de Freitas Garcez. A biblioteca foi instalada em 02 de julho de 1851, em uma das salas do convento de Francisco em São Cristóvão, pelo então presidente, o Dr. Amâncio João Pereira de Andrade, com denominação Biblioteca Pública Provincial de Sergipe (DÓRIA, 1942);

- **Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco** - Criada em 1841 e inaugurada no dia 05 de maio de 1852.
- **Biblioteca Pública Provincial de Santa Catarina** - Criada pela lei nº 373, de 31 de maio de 1854, sendo inaugurada em 09 de janeiro de 1855.
- **Biblioteca Pública Provincial do Espírito Santo** - Fundada em 16 de julho de 1855.
- **Biblioteca Pública da Provincial da Paraíba** - Instalou-se em 1859. Recriada em 1890. Existia anteriormente uma biblioteca no Lucio Paraibano.
- **Biblioteca Pública da Provincial do Paraná** - Criada pela Lei nº 27 de março de 1857 e instalada no dia 25 de fevereiro de 1859.
- **Biblioteca Pública Provincial de Alagoas** - Fundada em 26 de junho de 1865.
- **Biblioteca Provincial do Ceará** - Criada em 25 de março de 1867.
- **Biblioteca Provincial do Amazonas** - Em 1870 é criada uma Sala de Leitura, que na década seguinte foi reestruturada e ampliada, dando origem à Biblioteca Provincial inaugurada no dia 25 de março de 1883.
- **Biblioteca Pública Provincial do Pará** - Foi fundada em 1846, anexa ao Lyceu Paraense. Passou, em 1863, ao prédio do antigo convento do Carmo, e em 1871 foi constituída como órgão público.
- **Biblioteca Pública Provincial do Rio de Janeiro** - Criada em 1873.
- **Biblioteca Provincial do Rio Grande do Sul** - Criada pela Lei Provincial nº 724, de 04 de abril de 1871. Começou a funcionar em 21 de janeiro de 1877.
- **Biblioteca Pública Provincial do Piauí** - Criada em 1883.

Visto isso, buscará na próxima seção discorrer sobre o desenvolvimento de coleções. Assunto este fundamental para que se possa entender como se formou o acervo desta unidade de informação.

## 2.4 Panorama histórico do Desenvolvimento de Coleções

De acordo com Weitzel (2002), ao longo da história do livro e das bibliotecas, as atividades técnicas do processo de desenvolvimento de coleções, estiveram limitadas à seleção e aquisição de materiais informacionais para formar e desenvolver coleções em bibliotecas. Dos tabletes de argila ao documento eletrônico não há como formar e desenvolver coleções sem se deparar com questões próprias da natureza do processo, tais como: o que se vai colecionar? Por quê? Para quê? Para quem colecionar?

Segundo Figueiredo (1998, p.34) a Biblioteca de Alexandria, na Antiguidade, já realizava seleção de obras “[...] que representaram o símbolo da liberdade de expressão e de compromisso com a memória social daquele período”. Na Idade Média, a seleção dos títulos colecionados e acumulados era baseada no amor incondicional aos livros por representarem a palavra divina, as quais propiciavam práticas em relação aos códices produzidos à época. Para (WEITZEL, 2002, p. 61) as coleções dependiam “[...] do monopólio da reprodução do conhecimento pelos monges, a seleção dos títulos a serem copiados era fruto de uma lógica cristã sobre as escolhas do que deveria ser ou não colecionado”. Também o modo de aquisição fica bem destacado, baseando-se em duas estratégias: comprar o que fosse possível ou solicitar como doação às pessoas ou instituições (FIGUEIREDO, 1998). Já em seus estudos Weitzel (2009) destaca as palavras do tesoureiro e chanceler do rei Eduardo III:

[...] a menos que tenhamos ser enrolados pelo livreiro ou tenhamos a quase certeza que uma ocasião mais propícia irá se apresentar, não devemos medir sacrifícios para comprar um livro se a conjuntura que nos é oferecida for favorável (BURY, 2005, p. 39 *apud* WEITZEL, 2009, p. 5-6).

Já durante a Idade Moderna o processo de seleção foi tratado de modo mais sistemático pelo francês Gabriel Naudé<sup>19</sup> em sua obra *Avis pour dresser une bibliotheque*, de 1927. Este livro é considerado “o primeiro tratado de biblioteconomia”, cuja relevância está “no reconhecimento da atividade de seleção enquanto procedimento técnico” (FIGUEIREDO, 1998, p. 17).

---

19 Foi escritor, político e bibliotecário francês. Trabalhou para o Cardeal de Bagni e Cardeal Francesco Barberini em Roma, e depois para o Cardeal Richelieu e Cardeal Mazarino, criando uma biblioteca que foi a base para a atual Biblioteca Mazarino. Percorreu a Europa durante dez anos, ajudou Mazarino comprando mais de 40.000 volumes. Naudé é célebre por ter redigido o *Advis pour dresser une bibliothèque*, que é o primeiro manual de biblioteconomia francês e mundial. Nesta obra ele propôs uma série de inovações nas bibliotecas que teriam uma grande repercussão posterior (WIKIPÉDIA, 2016).

Dentre as principais contribuições desse intelectual pode-se citar: o perfil do bibliotecário profissional. Segundo Naudé, deviam ser pessoas cultas com formação específica na elaboração de instrumentos bibliotecários de controle e ordenação de fundos a serviço da cultura e da ciência; assentamento das técnicas de descrição bibliográfica, tanto para catálogos como para repertórios bibliográficos, para fazer frente ao crescimento das coleções; preocupação com as formas de reter a memória; ordenação dos fundos por matérias; a ideia de se dar preferência ao conteúdo do livro e não a sua aparência exterior (ideia já proposta por Leibniz em sua fase profissional de bibliotecário); destaque a importância das instalações e da distribuição dos móveis: estantes afastadas das paredes, espaços iluminados por luz natural, e livros não mais acorrentados, etc...; necessidade de dotar as bibliotecas de um pressuposto permanente para a compra de livros, para se ter uma coleção com o maior número de obras e autores; Abertura das bibliotecas ao público, estabelecendo horários de acesso (FIGUEIREDO, 1998). Assim, dentro do contexto histórico, conclui-se que:

[...] a atividade de selecionar livros nasceu então numa época de mudanças [Renascimento], quando a própria natureza da biblioteconomia estava sendo formalizada. A seleção de livros tem sido considerada como uma das atividades básicas do bibliotecário, uma arte tão profundamente específica deste profissional, que nenhum bibliotecário poderia sentir-se realizado se não estivesse, de alguma maneira, praticando esta arte (FIGUEIREDO, 1998, p. 10).

Mesmo com tal inovação propiciada por Naudé, durante a Idade Moderna continuou a preocupação em se colecionar tudo que era produzido, já que a produção editorial estava em seu estágio inicial. Mas, devido às dificuldades de reprodução, as bibliotecas possuíam acervos pequenos em relação às atuais. Já na primeira metade do século XVII os modelos que apoiavam a formação de coleções consideravam aspectos em que: idealizavam a “[...] biblioteca como um retiro, à margem das atividades domésticas e públicas; ou como um espaço, de curiosidades e obras seletas, concretizado principalmente por colecionadores que valorizavam a raridade e o luxo das obras em detrimento de seu conteúdo [...]” (COELHO NETO, 1997; JANNUZZI, 2001, p. 15 apud WEITZEL, 2009, p. 5-6).

A expansão do volume da produção editorial, que se iniciou lentamente com a invenção da prensa com tipos móveis e depois, paulatinamente avançou até o final do século XIX, foi sentida pela primeira vez, quando passou a se observar a grandeza dos feitos de Naudé sobre a perspectiva da acumulação e armazenamento exaustivo de coleções em bibliotecas (WEITZEL, 2009).

Muitos intelectuais europeus do século XIX manifestaram sua preocupação em relação à influência da desproporção deste aumento da produção editorial em relação a sua qualidade. Weitzel (2009) em seu estudo acerca da Biblioteca Central da UNIRIO afirma:

É deste período as publicações de verdadeiros manuais para formar coleções em bibliotecas que foram identificados na Biblioteca Central da UNIRIO 7 tais como Peignot (1823), Namur (1834), Hesse (1841), Brunet (1860-1865), Rouveyre (1878), Richard (1883), Graesel (1893), Petzholdt (1894) e Maire (1896) bem como Cim (1905-1908) e Morel (1908-1909) já no início do século XX. Estes autores tiveram o mérito de apresentar também as técnicas e práticas necessárias para lidar com o problema do volume de produção editorial, incluindo a constituição de comissão de seleção e a orientação das coleções a partir da missão institucional, as quais são adotadas até hoje, sem, contudo, serem lembrados (WEITZEL, 2009, p. 20).

Esses autores citados por Weitzel (2009) detalharam os processos e políticas do que se denomina hoje de desenvolvimento de coleções e enunciaram os procedimentos que se tornariam marcos na segunda metade do século XX. Logo, o enfoque acumulativo e exaustivo em relação às coleções foi sendo alterado tendo em vista a necessidade premente de se selecionar as obras de relevância e de qualidade.

No século XX o cenário delineado no século anterior em relação ao volume crescente da produção editorial agravou-se ainda mais. A especialização das áreas do conhecimento, os grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento que ocorreu no mundo, acompanhado de um crescente número de pesquisadores em diversas áreas do conhecimento resultou no fenômeno conhecido como explosão informacional em função do elevado número de produção científica (FONSECA, 2007; WEITZEL, 2002). Ainda para Weitzel “esse fenômeno novo é, na verdade, fruto da impossibilidade humana de absorver todas as informações produzidas no mundo, necessários para se dominar todos os campos do conhecimento” (2002, p.63).

Este quadro foi propício para o florescimento de procedimentos mais avançados que pudessem lidar com tal complexidade em relação às coleções em bibliotecas. Sendo atribuídos como marco desta nova perspectiva, os Estados Unidos na década de 1960. Contudo, “apesar dos grandes investimentos em construções de prédios para acomodar as coleções, percebeu-se que não era racional adquirir tudo o que era produzido” (VERGUEIRO, 1993, p. 14).

Dessa maneira, rompeu-se definitivamente com o enfoque baseado no armazenamento de tudo o que era publicado e passou-se para uma abordagem determinada somente pelo acesso, orientado pela missão institucional e perfil dos usuários. A questão da

acumulação versus a seleção orientada para a qualidade, a relevância e o acesso à informação renascem, e representam dois grandes momentos e se complementam para explicar a importância do processo de desenvolvimento de coleções para a organização do conhecimento (WEITZEL, 2006). Ou ainda, conforme Vergueiro (1993), talvez a importância social da atividade tenha até mesmo sido incrementada pelo advento das tecnologias de informação eletrônica, ao invés de ter sido minimizada.

A partir deste momento surge no cenário biblioteconômico o termo Desenvolvimento de Coleções para designar tais processos e políticas que envolvem ações em relação às coleções. Segundo Vergueiro (1989), tal termo passa a ser adotado somente no século XX, especificamente a partir da década de 1960, em caráter sistemático. Porém, seu modo de fazer já era aplicado há muitos anos e séculos antes, mesmo que usando uma terminologia diferente.

Para Vergueiro (1989), desenvolvimento de coleções é um trabalho de planejamento, interrupto e cíclico que serve a uma determinada comunidade; uma atividade rotineira das bibliotecas que passa por várias etapas; é um processo homogêneo que se desenvolve em todas as bibliotecas de acordo com os objetivos de cada uma. O processo de desenvolvimento de coleções é, assim, uma das etapas do planejamento e da administração das bibliotecas, sendo necessário haver uma ligação com os objetivos das bibliotecas, da coleção e dos usuários. Portanto, o desenvolvimento de coleções se configura no momento de decisão do bibliotecário, onde se seleciona o que pode ou não compor para o acervo, é uma atividade que deve ser formalizada em algum documento, para as futuras observações e alterações necessárias, em períodos determinados.

Diante dessa situação surge a preocupação por parte dos bibliotecários que começam a perceber que não podiam continuar a trabalhar sob a pressuposição de que não havia limite para a quantidade de material que podiam ser adquirido, organizado ou armazenado. No Brasil boa parte dos bibliotecários passou a dar maior atenção às coleções sob sua responsabilidade, buscando desenvolvê-las e selecioná-las, procurando transformá-las em algo mais coerente.

[...] por muito tempo, os profissionais consideravam a atividade de seleção como se fosse uma arte, concepção esta que trazia muitas implicações para o trabalho bibliotecário, pois sendo arte, exigia uma capacidade ou aptidão especiais, quase que uma qualidade inata do indivíduo. Felizmente essa concepção foi abandonada e a atividade de seleção passou a ser encarada como uma técnica especializada, fornecida por conhecimento e experiência,

criticamente testada e acompanhando princípios gerais. (VERGUEIRO, 1989, p. 38).

Os profissionais da Biblioteconomia não estiveram absolutamente apáticos no que diz respeito ao desenvolvimento de suas coleções. Nesse período de desenvolvimento das bibliotecas no país, sempre existiu o cuidado em otimizar os processos de aquisição, buscando abreviar o tempo necessário para a obtenção e colocação do material ao alcance do usuário nele interessado. Diante dessa visão, surgem propostas de modelos para operacionalização do desenvolvimento de coleções, bem como a necessidade de se particularizar as abordagens segundo a tipologia das bibliotecas. Dessa mesma maneira, a grande contribuição da conscientização sobre a explosão bibliográfica parece ter sido muito mais no sentido de obrigar os bibliotecários a uma mudança radical de atitude em relação ao armazenamento e coleta de materiais informacionais (VERGUEIRO, 1989).

A partir de então, os profissionais da informação que pretendiam manter as bibliotecas, pelas quais eram responsáveis como organismos vivos e atuantes, deveriam necessariamente mudar a ênfase de seu trabalho, abandonando a acumulação pura e simples do material em benefício da possibilidade de acesso ao mesmo. Trata-se do abandono de uma postura tradicional que não conseguia ver, no desenvolvimento de coleções, nada mais que a pura ou simples aquisição de materiais informacionais. Os bibliotecários perceberam que não podiam ser guardiões de todo conhecimento humano produzido e registrado (VERGUEIRO, 1989).

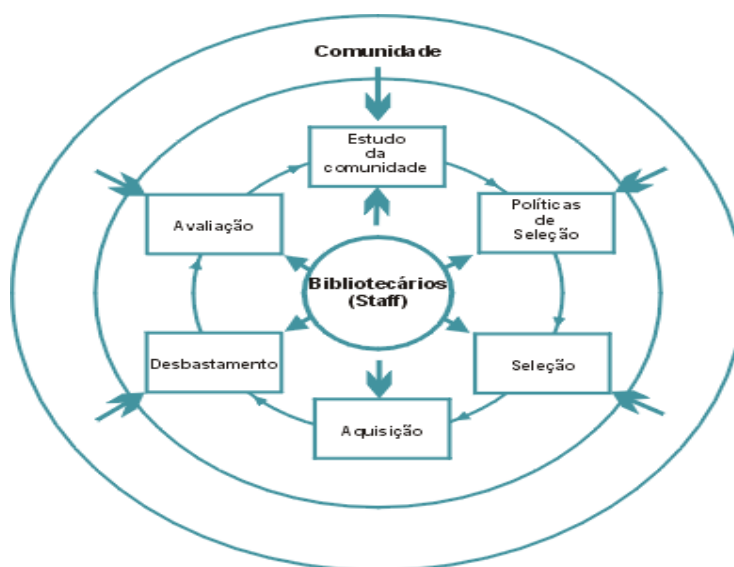
[...] Está bem claro que nenhuma biblioteca pode ser auto-suficiente, dando-se ao luxo de suprir todas as necessidades de seus usuários com recursos próprios. Esta é uma ilusão da qual, por mais tentadora que seja os bibliotecários devem procurar fugir. Na realidade, é uma aspiração humanamente impossível de concretizar (VERGUEIRO, 1989, p. 13).

Assim, ainda segundo Vergueiro (1989), o desenvolvimento de coleções é um processo que não acontece de forma aleatória. Ele é composto por seis etapas interdependentes: **estudo da comunidade, políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação**. Estas são etapas que ocorrem nas atividades rotineiras das bibliotecas, mesmo não acontecendo da mesma forma em todas elas. Geralmente, está sob a direção do bibliotecário que é o único que possui os conhecimentos de todo o processo do desenvolvimento de coleções em bibliotecas.

[...] cada etapa do processo é uma vareta e todo o processo juntamente com a política de desenvolvimento de coleções é o guarda-chuva. Dessa maneira é possível ponderar que o guarda-chuva pode não abrir se faltar uma vareta. Do mesmo modo, não é possível desenvolver coleções sem avaliar ou selecionar, por exemplo. Todas as etapas são importantes [...] (WEITZEL, 2006, p. 19).

Sobre as referidas etapas pertinentes ao desenvolvimento de coleções buscou-se aqui caracterizá-las, segundo Evans (1979 *apud* VERGUEIRO, 1989, p. 17; WEITZEL, 2006).

**Figura 2 – Processo do Desenvolvimento de Coleções**



Fonte: Vergueiro (1989)

Entretanto, este ciclo pode sofrer variação conforme as necessidades de cada unidade de informação para atender as diversas necessidades de seus usuários.

- **Estudo da comunidade**

Antes de iniciar o desenvolvimento de coleções em bibliotecas, é necessário identificar qual o tipo de comunidade que será atendida com a formação do acervo, conhecer os interesses que a comunidade busca nas bibliotecas.

- **Política de seleção**

Para que o desenvolvimento de coleções se desenvolva com continuidade, é necessário que seja elaborado um plano que aborde todos os passos do processo, no qual deve estar estabelecido todos os critérios que a biblioteca deva abordar em relação à seleção e aquisição de materiais, no qual deve constar a missão da biblioteca e os objetivos da instituição.

- **Seleção**

A seleção é um momento de decisão, onde se determina os itens que irão compor o acervo, através de critérios pré-estabelecidos por uma comissão responsável pela atividade, composta por profissionais da biblioteconomia.

- **Aquisição**

A aquisição é uma atividade que é implantada logo após a etapa de seleção. Este é o momento em que se decidem as formas de adquirir os itens que vão compor o acervo. As principais modalidades de aquisição ocorrem das seguintes formas: compra, permuta e doação.

- **Desbastamento**

O desbastamento é o processo de retirar materiais da coleção para o remanejamento, descarte ou para restauração. É uma atividade que acontece após a avaliação. Sua importância consiste em adequar o espaço físico da biblioteca de acordo com as necessidades dos usuários.

- **Avaliação**

A avaliação é uma das etapas mais importante do desenvolvimento de coleções, pois é o momento de constatar se a formação do acervo correspondeu às expectativas esperadas.

Diante do exposto, observa-se que cuidar da formação e desenvolvimento adequado das coleções é uma das atividades mais importantes e significativas do trabalho do bibliotecário. Tal tarefa demanda tomada de decisão para melhor atender as necessidades informacionais da comunidade usuária através do planejamento, visando adequar-se aos ambientes/fatores/interlocutores em que a biblioteca está inserida, tais como: direção da unidade, política, legislação, mudanças sociais ou demográficas, mercado editorial, inovações tecnológicas e padrões de desempenho exigidos (DIAS; PIRES, 2003).

Dessa maneira, o processo de desenvolvimento de coleções que teve suas origens na Antiguidade, através da seleção de obras destinadas a formar coleções em bibliotecas, foi sendo ampliado a partir da Idade Média. Nos séculos seguintes, sobretudo, no século XIX, com o desenvolvimento da imprensa, grandes editoras e livrarias tiveram um período áureo no que diz respeito ao desenvolvimento de coleções. A grande retomada da área teve seu marco a partir da segunda metade do século XX, em decorrência do ápice da explosão bibliográfica, quando, pela primeira vez, é questionado o modo de se formarem coleções com base na acumulação, em detrimento da seleção orientada para a qualidade, relevância, e acesso à informação. Novas metodologias, técnicas e procedimentos foram incorporados para fomentar

esse novo enfoque, caracterizando o modelo de biblioteca baseado no acesso (WEITZEL, 2009).

Assim, desenvolvimento de coleções continua em constante evolução. Aos poucos, em seu interior, começam a surgir outras especificidades, demonstrando ter a área atingido um grau de amadurecimento considerável, para os poucos anos em que está constituída. Da mesma forma, vê-se proliferar cada vez mais a convicção da necessidade de encarar as coleções e seu desenvolvimento como um fator importante da administração dos serviços de informação. O melhor dessa evolução é que ela não parece restringir-se apenas aos países mais desenvolvidos, onde as vanguardas tecnológicas se localizam, mas atingem também países periféricos como o Brasil, que, mesmo em ritmo mais lento, passam a usufruir seus benefícios e, desta forma, capacitam-se a enfrentar os desafios que virão (VERGUEIRO, 1993).

Uma vez apresentado o contexto e o referencial teórico que guiará este trabalho, na próxima seção se tratará do procedimento metodológico que foi aplicado para se estudar o fenômeno, no caso o acervo da primeira fase da Biblioteca Pública Provincial de Sergipe.

### 3 METODOLOGIA

O interesse por desenvolver essa pesquisa foi decorrente do contato direto com a Biblioteca Pública Epifânio Dória (BPED), uma vez que desenvolvo atividades laborais na Secretaria de Estado da Cultura (SECULT). Em segundo lugar, tal interesse decorre da importância da referida unidade de informação para o estado de Sergipe, e mesmo para o Brasil, uma vez que esta biblioteca possui o terceiro maior acervo documental do Brasil.

Dessa forma, este trabalho ao levantar dados acerca de sua primeira fase de funcionamento, tem como intenção resgatar a memória institucional de uma instituição secular de significativo valor para a história do povo sergipano. Assim, entende-se que é fundamental conhecer sua trajetória ao longo dos 168 (cento e sessenta e oito) anos de existência, trazer à tona fatos históricos relevantes, bem como destacar seu raro acervo. Por fim, e não menos importante, realizar um levantamento das obras componentes de seu acervo em sua primeira fase de existência.

Dito isto, esta pesquisa de cunho qualitativo/exploratório possui caráter histórico-documental fundamentada em fontes manuscritas e impressas, tais como “Fallas<sup>20</sup>” e “Relatórios Provinciais” endereçados à Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe a partir do ano de 1848, disponíveis para consulta na internet por meio do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras, mantido pelo *Center for Research Libraries* (CRL)<sup>21</sup> e as publicações do Jornal O Correio Sergipense que à época tratava dos assuntos oficiais da Província de Sergipe d’El Rey.

Dessa forma, foram pesquisados, além do acervo acima referido, documentos e obras constantes da Biblioteca Pública Epifânio Dória e do Arquivo Público Estadual de Sergipe, tais como, O Álbum de Sergipe de autoria do intelectual sergipano Clodomir de Souza e Silva, os Fundos de Governo (G1) no qual constam correspondências expedidas e recebidas pelo Governo de Sergipe, os Fundos de Educação e Cultura (E8), Coleções de

---

20 Discursos proferidos na Tribuna da Assembleia Legislativa Provincial, pelos seus membros e convidados.

21 É um consórcio internacional de universidades, faculdades e bibliotecas de pesquisa independentes. Fundado em 1949, o CRL disponibiliza materiais de fontes primárias raras e incomuns de todas as regiões do mundo. Através do *Latin American Microform Project* (LAMP), o CRL proporciona acesso via internet (<http://www.crl.edu/brazil/provincial>) séries de publicações emitidas pelo Poder Executivo do Governo do Brasil entre 1821 e 1993, e pelos governos das províncias desde as mais antigas disponíveis para cada província até o fim do Império em 1889. Esta iniciativa é patrocinada pela Fundação Andrew W. Mellon.

Epifânio Dória, Sebrão Sobrinho e Carvalho Lima Júnior, o Dicionário Biobibliográfico Sergipano de Armindo Guaraná, Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Tais fontes foram importantes para se proceder ao levantamento de informações acerca do contexto histórico de criação da Biblioteca Provincial, dos trâmites legais para sua instalação, bem como sobre as obras que foram incorporadas em seu acervo.

Como referenciais para tal estudo utilizou trabalhos de pesquisadores que abordaram a história das bibliotecas no tempo, enfatizando nessa perspectiva a importância e as características das bibliotecas públicas, a exemplo de Wilson Martins, Guilhermina Arruda, Rubens de Moraes, Luís Milanesi, Augusto César Castro, Luiz Antônio Silva e Vanda Cunha. Para a revisão literária no campo do Desenvolvimento de Coleções foram usados teóricos como: Waldomiro Vergueiro, Simone Weitzel e Nice Figueiredo. E para a contextualização da história provincial de Sergipe no século XIX, foram utilizados os seguintes autores: Maria Thétis Nunes e Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, Marcelino Veríssimo, Amâncio Cardoso, dentre outros.

De forma estrutural esse trabalho se divide em cinco seções. Na *Introdução*, a primeira delas, abordou-se os antecedentes do objeto estudado, a temática e a linha de pesquisa do referido trabalho, objetivos geral e específicos, hipótese, problema e justificativa para realização da pesquisa. Na segunda seção intitulada *A História das Bibliotecas e o Panorama Histórico do Desenvolvimento de Coleções*, realizou-se um breve histórico geral acerca da história das bibliotecas; com ênfase nas unidades de informação públicas e provinciais no Brasil, bem como, apresentou-se uma discussão acerca do processo do Desenvolvimento de Coleções, que regerá a análise da forma de constituição do acervo da Biblioteca Provincial de Sergipe (1848-1890). Na terceira seção, *Metodologia*, apresentou-se os procedimentos metodológicos necessários para execução da pesquisa. Na quarta seção intitulada *Sergipe d'El Rey e seu contexto histórico* foram contextualizados os aspectos gerais da Província de Sergipe no século XIX na primeira fase de desenvolvimento da Biblioteca Pública Provincial de Sergipe. Na quinta seção, *A Biblioteca Pública Provincial de Sergipe: fundação e formação do acervo* foram apresentados os primeiros títulos que figuraram no acervo da respectiva Biblioteca Provincial sergipana, buscando compreender as estratégias utilizadas para formação desse acervo, bem como, buscando-se traçar um esboço bibliográfico das personalidades envolvidas nesse processo. A sexta e última seção se destinará às *Considerações Finais* em torno dos resultados obtidos, e apontará possíveis caminhos para futuras investigações acerca dessa instituição secular de Sergipe.

## **4 SERGIPE d'EL REY E SEU CONTEXTO HISTÓRICO (1848-1890)**

Nessa seção será apresentado um panorama da Província de Sergipe d'El Rey no século XIX, destacando de forma geral, aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Entende-se que tais aspectos são importantes para se perceber a Província no momento de criação da Biblioteca Provincial de Sergipe.

### **4.1 A Província de Sergipe d'El Rey na segunda metade do século XIX**

O Brasil no início do século XIX recebe a Corte Portuguesa que fugindo do conflito entre a França napoleônica e a Inglaterra, desembarca na Bahia em janeiro de 1808. No mês de março, tal comitiva transferiu-se para o Rio de Janeiro. A transferência da corte Portuguesa para o Brasil e a elevação da colônia a Reino Unido e sede do governo metropolitano renovaram o país. O soberano português começou uma série de reformas administrativas, socioeconômicas e culturais, para adaptar a cidade às necessidades dos nobres que vieram com família real. Assim, começava uma nova era político-administrativa na Colônia. Foram criadas as primeiras fábricas e fundadas instituições as mais diversas, dentre elas, a Imprensa Régia (SILVA, 2012).

Paralelamente as mudanças provocadas com chegada da família real ao Brasil, Sergipe seguia as transformações da nova era político-administrativa do Reino. D. João VI, decretou Sergipe independente da Bahia no dia 8 de Julho de 1820, e nomeou por Carta Régia em 24 de outubro do mesmo ano, Carlos César Burlamaqui<sup>22</sup> para ser seu primeiro Presidente de Província. Mas a Bahia não aceitou tal independência e, trouxe o pânico a Sergipe. O senhor Burlamaqui foi preso, e Sergipe voltou a ser dependente da Bahia. D. Pedro I, que assumiu depois da abdicação de seu pai e proclamou a independência do Brasil, confirmou por Carta Imperial, em 05 de dezembro de 1822, a Carta Régia de D. João VI concedendo a autonomia de Sergipe. “A Bahia mais uma vez não concordou com o desligamento de Sergipe, rejeitando os fatos, criando obstáculos, gerando conflitos, reafirmando sua tutela, para adiar a decisão real” (FREIRE, 1977, p. 234).

---

22 Foi o 1.º governador (independente da Bahia) da capitania de Sergipe d'El Rei. Nomeado em 25.07.1820, empossado somente em 20.02.1821. Nascido em 1775, em Lisboa, e falecido em 23.05.1844, no Rio de Janeiro, RJ. Filho de Ippólito Burlamaqui e de Mathilde Valentina Pedegache. Militar. Tenente-Coronel do Estado Maior do Exército. Coronel. Tornou-se brasileiro pela independência do Brasil. Cavaleiro da Ordem de Cristo em 20.06.1805 (BARATA, 2016).

As circunstâncias da Independência do Brasil serviram para que a decisão da Carta Régia de 08 de julho de 1820 fosse confirmada e referendada por Dom Pedro I, que chegou a elevar, novamente, São Cristóvão à condição de cidade, para ser a capital de Sergipe. A Constituição do Império de 1824 colocou Sergipe entre as Províncias do Brasil, consolidando a emancipação. A emancipação política de Sergipe fez nascer e crescer vilas e cidades, ocupando estrategicamente o território, como suporte das atividades econômicas. E com a crescente produção açucareira veio também o desenvolvimento de muitos municípios que davam a Sergipe os ares do progresso (VERRÍSIMO, 2012).

Após a autonomia política surgem em Sergipe os primeiros grupamentos políticos, os Corcundas e Camundongos. O Partido Corcunda era composto por senhores de engenho e portugueses que residiam em Sergipe. O Partido Camundongos era formado por senhores do gado, que mantinham sentimento antilusitano. As eleições eram sempre marcadas pela violência, fraude nas apurações, perseguições, inúmeros assassinatos, e por fim, a vitória dos candidatos oficiais. Tempo depois o partido dos Corcundas passou a denominar-se Rapina. Camundongos e Rapinas, seguindo a política de revezamento de partidos iniciada no período regencial por D. Pedro II, ficaram revezando anualmente o controle do poder provincial. “As eleições não representavam a vontade do povo, uma vez que os partidos não tinham vínculos populares” (NUNES, 2006, p. 77).

Com intuito de resolver os problemas políticos da Província, as autoridades imperiais designaram para a presidência de Sergipe, Zacarias Góis e Vasconcelos<sup>23</sup>, no ano de 1848; escolhido por ter desempenhado uma boa administração na Província do Piauí. Portanto, esperava que ele pudesse pacificar “o estado desgraçado em que se acha aquela província retalhada em partidos violentos por culpa talvez dos nossos administradores...”<sup>24</sup>. O então presidente assumiu o cargo com a missão de encontrar uma solução para os problemas políticos enfrentados na Província sergipana (NUNES, 2006, p. 111). Segundo o Presidente Zacarias Góis, assim se procedia à política dos partidos em Sergipe: “[...] são nesta Província os dois partidos que dividem tão extremados e violentos, ao mesmo tempo tamanha é a falta

---

23 Ver p. 12

24 Correspondência confidencial do Ministro Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Macaé) ao Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos em 13 de março de 1848. AN – Secção dos Ministérios (NUNES, 2006).

de homem, filhos dela, que subindo ao poder resistam às exigências do partido a que pertençam (porque aqui não há indiferentes)”<sup>25</sup>.

As eleições de 1852 marcam a história política sergipana com a extinção dos tradicionais partidos Rapina e Camondongo, sendo substituídos pelos respectivamente pelos partidos Liberal e Conservador, identificados com política Imperial. Em 1855, o processo eleitoral é alterado pela *Lei dos Círculos*, pela qual foram criados os distritos eleitorais nas províncias para a eleição de deputados, buscando assim, que o eleitor conhecesse seus representantes na Assembleia Legislativa, ao invés da escolha pessoal anteriormente realizada pelos presidentes das províncias ((NUNES, 2006).

A *Lei Saraiva* de 1881, trouxe uma maior democratização do sistema eleitoral ao extinguir a eleição indireta, instituindo o sufrágio em apenas um turno. Estabelecia ainda, que a composição da mesa eleitoral contasse com a presença do juiz de paz mais votado da paróquia, seu presidente e de quatro mesários. Entretanto, apenas uma pequena parte de eleitores com renda mínima de 200\$00 (duzentos mil réis), podia participar do processo eleitoral. Para ser eleito, tinha que possuir rendimentos acima desta quantia. Segundo a pesquisadora Thétis Nunes (2006), a vida política da Província de Sergipe, no período de 1840 a 1889, somente pode ser compreendida, se integrada na conjuntura do Brasil Império – “isolada, dissociada, não há explicação para os fatos ocorridos” (NUNES, 2006, p. 78).

Em relação à organização social, a Província de Sergipe, apresentava à época, um crescimento relativamente intenso. Isto, devido às transformações que ocorriam no país, a exemplo da criação de novas cidades, e, localmente, devido à ascensão da economia açucareira que abasteceu o mundo ocidental durante o século XIX. Isto se refletiu no crescimento da população que passou de 167.397 habitantes no ano de 1839 para 310.926, em 1890, entre escravos e pessoas livres. Impulsionado pela indústria açucareira, Sergipe contabilizava 55.924 escravos no ano de 1850, representando 25,46% da população da Província, a maioria dos escravos estava concentrada da região da Cotinguiba, e com seu trabalho contribuiu arduamente para o desenvolvimento da economia açucareira dessa região. No ano de 1888 os escravos somavam 16.634 habitantes, resultado da *Lei Euzébio de Queiroz*. Segundo Nunes (2006) no ano de 1891 a população sergipana era composta de 29,72% de brancos, 14,77% de negros, 48,91% de mestiços e 6,52% de Caboclos. Também a

---

25 Ofício do Presidente Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro e Secretário d’Estado dos Negócios do Império em 18 de agosto de 1848. AN – Secção dos Ministérios (NUNES, 2006).

partir da década de 1870, atraídos pela “expansão da indústria açucareira e do desenvolvimento comercial da capital, Sergipe registra a chegada de europeus nas cidades de Maruim e Aracaju” (NUNES, 2006, p. 49).

Embora predominasse a nobreza dos senhores de engenho e criadores de gado, a Província sergipana contava com uma numerosa população livre, composta por pequenos e médios proprietários rurais. Os núcleos urbanos eram formados por funcionários públicos, comerciantes, padres, militares e profissionais liberais. Refletindo o quadro educacional encontrado no Brasil, a maior parte da população de Sergipe era analfabeta, onde apenas poucos cidadãos privilegiados sabiam ler e escrever. Estes representavam as classes mais favorecidas economicamente, e os filhos dessa elite estudavam fora da Província, em lugares com um melhor nível de educação (NUNES, 2008).

A Carta Constitucional, promulgada por D. Pedro I em 11 de março de 1824, determinava no artigo 178: A instrução primária gratuita a todos os cidadãos, estabelecendo que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias”, provocando profundas mudanças no processo educacional brasileiro (NUNES, 2008, p. 50). No ano de 1829, a criação do Conselho-Geral de Província, regulamentado pela Lei Geral de 27 de agosto de 1828, estabelece algumas medidas significativas para a educação sergipana. Em 1830, em São Cristóvão, foram criadas cadeiras de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês, inaugurando o ensino secundário na província de Sergipe. No ano seguinte, surgiram as primeiras turmas de ensino feminino em São Cristóvão, Laranjeiras, Estância e Propriá (NUNES, 2008).

O Ato Adicional de 1834 à Constituição do Império trouxe algumas mudanças expressivas para educação do país. Extingue os Conselhos Gerais de Província e transferem-se para as Assembléias Legislativas Provinciais os poderes de legislar em matérias de ensino primário e secundário, assim como na economia, justiça, dentre outros. Assim, “as assembléias legislativas passavam a ter a missão de legislar sobre a instrução pública e criar estabelecimentos próprios para promovê-la, enquanto que a administração nacional organizaria e manteria o ensino superior” (TELES, 2008, p. 7).

Essas medidas adotadas pelo Ato de 1834 agravavam ainda mais os problemas enfrentados na educação sergipana, uma vez que a descentralização do ensino secundário afetava o seu desenvolvimento, já que este estava condicionado à situação financeira de cada província. Somava-se a esse quadro, a falta de professores preparados para ministrar aulas. Tais questões demonstravam o panorama das dificuldades do sistema educacional sergipano, fato registrado em 1837, pelo Presidente José Mariano Albuquerque Cavalcante, que dizia

“inábeis mestres os quais, além de aumentar a despesa da Província, deixam com seu ensino grandes males à sociedade” (NUNES, 2008, p. 68).

O desenvolvimento econômico e o crescimento da população urbana em Sergipe fez crescer uma pequena burguesia que visava por meio da educação, a ascensão social. Fato este, que impulsionou às ações dos políticos. A partir da década de 1840, os problemas educacionais passam a ser inseridos na pauta política, levantando-se como bandeira: a democratização do ensino secundário e uniformização deste, em todo o Império. Já em Sergipe, o Presidente Dr. Anselmo Peretti em 1843, utilizou-se de expressões como “inépcia, desleixo, incúria, apatia, inércia e indolência”, para descrever o panorama educacional que se encontrava ensino público sergipano, sobretudo o primário (NUNES, 2008, p. 71).

Influenciado pela agitação do processo educacional no país e pelo progresso econômico que Sergipe se encontrava em 1847, o vice-presidente, em exercício, Cônego José Francisco Menezes Sobral, autoriza por Lei Provincial nº 200, o funcionamento do Liceu de São Cristóvão, sendo instalado em salas do Convento do São Francisco com as disciplinas de Gramática Latina, Língua Francesa, Filosofia Racional e Moral, Aritmética, Geometria, e Trigonometria, Retórica e Poética, sendo incorporada as cadeiras de Geografia e História em 1848, pelo Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos. Este presidente motivado pelo interesse do desenvolvimento cultural sergipano, não só se dedicou ao funcionamento do Liceu e as várias cadeiras de primeiras letras no interior da Província, fundou também, a “Biblioteca Pública da Província, instalada também em uma das salas do Convento Francisco, com um acervo inicial de 415 volumes”. Contudo, efetivamente ela só começaria a funcionar três anos depois (NUNES, 2008, p. 75).

Nos anos de 1841 e 1848, surgem em Laranjeiras e São Cristóvão os colégios particulares de Primeiras Letras e de cadeiras Preparatórias de Gramática Latina, Francês, Filosofia Racional, Moral e Retórica, visando prover os jovens dos núcleos urbanos ligados à produção açucareira. Anteriormente, e mesmo depois de tal ação, a educação em Sergipe esteve a cargo de professores particulares ou mesmo de preceptores estrangeiros que vinham para educar as elites locais (NUNES, 2008).

Contudo, tais ações não modificaram de forma significativa o panorama anterior. Isto pode ser observado nas palavras do Presidente Inácio Joaquim Barbosa, em 1853, em sua primeira *Falla* à Assembleia Legislativa. Ele relatava a decadência do Liceu de São Cristóvão, enfatizando a precariedade das condições físicas e materias, redução da matrícula e alto índice de reprovação em todas as disciplinas. Mas ao concluir, afirmava: “Apesar disto

não me animo a propor-vos sua extinção, e nem mesmo a sua remoção para outro ponto da Província” (NUNES, 2008, p. 79).

Entretanto, com o desenrolar dos fatos deu-se a transferência do poder político de São Cristóvão para o antigo Povoado de Santo Antônio do Aracaju. Em decorrência da mudança da capital, através da Resolução nº 422 de 22 de abril de 1855, o Liceu de São Cristóvão encerrou suas atividades como estabelecimento de ensino secundário sergipano. Para Thetis Nunes (2008, p. 86), assim como ocorreu em Sergipe “o não reconhecimento dos estudos feitos nos Liceus Provinciais, para o ingresso nas Academias do Império, trouxe a decadência e à supressão dessas instituições”.

Já na nova capital o presidente Inácio Barbosa buscou organizar o sistema educacional com duas escolas primárias, uma em funcionamento para o sexo masculino e outra criada para meninas, duas cadeiras secundárias de Língua Latina e de Filosofia e, a cadeira de Latim que viria a funcionar somente em 1857. No ano seguinte, a situação educacional em Aracaju conservava a mesma do ano da mudança, contando apenas com três aulas, sendo uma de Latim com 09 alunos e duas de Primeiras Letras com 54 alunos. Em 1860, o ensino primário somava 76 aulas com 3.059 alunos. Já o curso secundário calculava 179 alunos em seis cadeiras localizadas nas cidades de Aracaju, São Cristóvão, Estância, Itabaina, Laranjeiras e Capela.

Impulsionado pelo apoio do Presidente Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, no ano de 1862, o Inspetor-Geral da Instrução o Dr. Guilherme Pereira Rabelo, que tanto propunha a necessidade de mudança no sistema educacional, criou o Liceu Sergipense visando à centralização das aulas do curso secundário na Província. Tal empreitada contaria com a colaboração do poder público para o pagamento do aluguel, e de personagens ligadas ao avanço cultural da Capital. A Congregação do Liceu Sergipense era composta pelos doutores Guilherme Rabelo que assumia o cargo de diretor, João José de Araújo Lima, Manuel Antunes de Sales, Manuel Gomes Borges, Francisco Sabino Coelho, Manuel da Silva Rego, o professor Geminiano Pais de Azevedo, o poeta Eustáquio Pinto, o jornalista Modim Pestana e o vigário Barrozo (NUNES, 2008).

Em 1864, através da resolução nº 713, o Liceu Sergipense é extinto motivado pela falta de cooperação dos professores e do governo provincial, colocando um fim a esperança de um ensino secundário unificado em Sergipe. Essa mesma resolução determinava nos artigos 9º e 15º, respectivamente que “O professor de Pedagogia seria considerado como professor da Escola Normal destinada para a formação daqueles que de destinarem à carreira do professorado elementar” e “o curso normal e complementar seria de dois anos para os

alunos que se destinarão ao professorado elementar” (NUNES, 2008, p. 106). Assim, no fim da década de 1860, o ensino secundário é visto pelos legisladores como um meio de desensolvimento social e não mais exclusivamente como artifício de ingresso aos cursos superiores, motivando o governo a buscar soluções para uniformização do ensino no Brasil (NUNES, 2008).

A partir de 1870, a educação adentra uma nova etapa, o Estado começa a se fazer mais presente, os problemas educacionais ganham visibilidade na sociedade e passam a ser discutidos no Parlamento, nos relatórios de Ministros, nas *Falas* do Trono e na Imprensa. São criadas legislações específicas que inserem a educação no cotidiano da população brasileira (NUNES, 2008).

Em Sergipe o Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província, de 24 de outubro de 1870, elaborado pelo Inspetor-Geral da Instrução Dr. Manuel Luis Azevedo D’Araújo<sup>26</sup> traz significativas mudanças ao sistema educacional, com a fundação do Colégio Estadual Atheneu Sergipense, abrangendo o curso de Humanidades e o da Escola Normal. Sua criação foi motivada pela necessidade de modernização do ensino público visando proporcionar aos jovens a instrução secundária de qualidade para o ingresso as Academias do Império e o desenvolvimento social dos cidadãos, o Atheneu Sergipense agregou grande nomes da elite intelectual sergipana, como: Felisbello Firmo de Oliveira Freire, Silvério Martins Fontes, Fabrício Vampré, Manuel dos Passos de Oliveira Teles, Melchisedech Cardoso, Apulcro e Baltazar de Araújo Góis.

A partir da década de 1880, assim como ocorria no Brasil, crescia o número de mulheres nas escolas sergipanas, fato este registrado na imprensa, que relatava a necessidade de dar à mulher educação adequada. Favorecendo o surgimento de estabelecimento de ensino feminino a exemplo do Colégio Nossa Senhora da Conceição, que apelava para os chefes de família a fim de compreenderem a importância da educação das meninas para a garantia da sociedade. Em 22 de março de 1879, na sessão da Assembleia Provincial pernambucana, Tobias Barreto, grande defensor da ascensão cultural da mulher, discursava ardorosamente o acesso de uma jovem na Faculdade de Medicina, afirmava: “Dizer que a mulher não tem competência para os altos estudos científicos, é, além dos mais, um erro histórico, um atentado contra a verdade dos fatos” (NUNES, 2008, p. 163).

---

26 Foi Inspetor-Geral da Instrução Pública de Sergipe. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife. Elaborou o projeto do Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe em 24 de outubro de 1870 (NUNES, 2008).

Na década seguinte, a instrução pública sergipana continuava a enfrentar grandes dificuldades, refletindo o fracasso de qualquer tentativa de modernização do sistema educacional do país, além da crise econômico-financeira e política que se instalava na Província. O Colégio Atheneu Sergipense estava em decadência, “com aulas completamente desertas, matrícula diminuta e a frequência nula”. Conforme destaca Thétis Nunes (2008, p. 171), a Escola Normal para o sexo masculino tinha chegado ao declínio por não ter alunos matriculados, funcionando apenas para o sexo feminino, com 51 alunas matriculadas; as escolas primárias estavam em péssimas condições materiais e com professores leigos e despreparados. O presidente Dr. Jerônimo Sodré evidenciou em seu relatório apresentado à Assembleia Legislativa, dois problemas que motivavam a crise educacional sergipana: “a falta de pessoal habilitado para lecionar e a ausência de um elenco de disciplinas que atendessem às exigências imediatas dos alunos”, definindo o professor primário, como “ignorante, sem zelo, sem estímulos no cumprimento do dever, fruto da nomeação arbitrária de candidatos” (NUNES, 2008, p. 173).

Pode-se destacar a importância do Ato Adicional de 1834, que foi o precursor para amplas discussões a respeito do modelo de educação que caminhava entre a centralização e descentralização no Brasil Imperial. Essa descentralização gerada pelo descuido do Governo Geral com a Educação Primária, a falta de recursos financeiros do Governo Geral para financiar o ensino de Primeiras Letras nas Províncias e o desinteresse do Império com a ampliação do acesso das crianças à instrução pública (TELES, 2008; p. 8).

Nesse sentido, a suposta autonomia das províncias pelo Império motivou a descentralização e criação de diferentes sistemas de ensino, uma vez que o desenvolvimento educacional variava conforme as condições financeiras de cada província. Em Sergipe a trajetória da educação sempre esteve diretamente ligada à estrutura econômica das classes sociais, consequentemente, cada momento marcante da história da educação sergipana refletia os anseios dessas classes (TELES, 2008).

No contexto econômico, Sergipe era estruturado na agropecuária com a exportação de produtos como: aguardente, milho, cocos, mamona, feijão, sal, mel, couros secos e salgados, e principalmente açúcar e algodão. Entre as décadas de 1850 e 1880, a produção açucareira atinge seu auge, motivada pela alta no preço do açúcar. Sergipe registrava em 1840, 344 engenhos e em 1889, supera 800, desses, a maioria estava localizado na região da Cotinguiba. Nessa região existiam 402 engenhos, o que a tornava a região a mais rica da província. A exportação de açúcar cresce de 16.636 toneladas na década de 1850, para uma média de 41.590 toneladas na década de 1880, a expansão da indústria açucareira trouxe

o desenvolvimento de núcleos urbanos de regiões como: Laranjeiras, Maruim, Estância, Capela, Propriá e Aracaju, a partir de 1855, capital da província (NUNES, 2006).

A expansão da indústria açucareira tornava Laranjeiras a maior e mais desenvolvida vila da Província, atraindo comerciantes, profissionais liberais e intelectuais. Isso proporcionou uma efervescência cultural e política que levou Laranjeiras ao título de *Atenas Sergipana* (VERRÍSSIMO, 2012).

A produção de algodão ganhava destaque na economia sergipana a partir do ano de 1860, sendo cultivado em vilas como Lagarto, Simão Dias, Santo Amaro, mas principalmente, pela região de Itabaiana e Vila Nova do rio Francisco, que devido à fertilidade do solo permitia duas colheitas anuais. A expansão algodoeira atingia o auge na década de 1870, quando a vila de Itabaiana adquiriu uma máquina, a vapor, de descaroçar algodão, em 1879, Sergipe já registrava 127 máquinas na produção algodoeira. Segundo Veríssimo, (2012), a partir da Guerra de Secessão dos EUA, o algodão passou a ser a considerando a atividade mais lucrativa da província, gerando uma verdadeira febre de ouro branco, isso levou alguns comerciantes de Aracaju e até produtores de cana abandonar suas atividades e internarem-se pelos municípios com esperança de lucro por causa do alto preço do algodão no mercado externo (VERRÍSSIMO, 2012).

Sergipe enfrentou algumas crises econômicas na segunda metade do século XIX, entre essas, nos anos de 1855/1856, e 1863/1864, em decorrência da epidemia do cólera-morbo toda a economia provincial sofreu um grande impacto, causando a falta e alto preço de gêneros alimentícios e carestia de vida motivada pelo grande número de morte da população escrava e isso elevou um dano no cultivo do algodão (NUNES, 2006).

Os surtos epidêmicos do cólera-morbo causaram a desordem socioeconômica e demográfica na Província de Sergipe em dois momentos no século XIX. Originária do vale do rio Ganges, na Índia, se proliferou pelo mundo no início do século XIX, em tempo de guerras, conquistas coloniais, migrações e desenvolvimento do comércio internacional. Conforme destaca Santos (2009) a cólera chegou ao Brasil em maio de 1855, pelo porto de Belém do Pará e percorrendo a Bahia e Alagoas, deixando um alto índice de mortandade. A pandemia atinge o solo sergipano em setembro de 1855, provocando danos consideráveis na produção agrícola, no comércio regional, no abastecimento da cidade e, sobretudo acarretando a morte de mais de 30.000 vítimas sergipanas, entre livres e escravos (OLIVA; SILVA, 2015).

O medo do flagelo modificou os hábitos da população da Província, principalmente nas comarcas com maior vulnerabilidade sanitária como: Propriá, Maruim, Laranjeiras, Aracaju e Estância. Exemplo disso, o costume de ir à feira foi interrompido, uma

vez que o comércio livre era um espaço de sociabilidade, onde todos eram vistos e encontrados. Comerciantes, criadores, agricultores e artesãos que vendiam seus produtos se ausentam, causando a escassez e carestia de mercadoria que abastecia o mercado nos dias de feira. Além disso, outros acontecimentos alteraram a vida da população sergipana (SANTOS, 2009).

A epidemia que se abateu sobre Sergipe em 1855 explica a construção dos cemitérios públicos e de hospitais modernos, como o de Nossa Senhora da Conceição, em Aracaju. Nesse ano maldito, principalmente para a população sancristovense, os cuidados com os mortos variavam de acordo com as condições socioeconômicas. Mas todo tipo de paciente submetia-se aos mesmos cuidados terapêuticos e higiênicos. “Incomum era que os indigentes falecidos aguardavam num pútrido depósito de cadáveres do Hospital à hora de serem jogados na vala comum, enquanto os pobres teriam cortejo e missa” (SILVA, 2011, p. 11).

O terror, além da morte trouxe a fome e a miséria aos sobreviventes do visitante asiático que passaram a enfrentar a seca, pois, as fontes e depósitos de água potáveis estavam completamente vazios. O furor da peste deixou a Província atemorizada diante de períodos tão críticos e calamitosos. A falta de alimentos básicos deixava alguns habitantes no limite da condição humana. “A fímbria da miséria humana se esboça na humilhante situação de comer restos. O mínimo de dignidade se anula diante dos destroços da peste” (SANTOS, 2009, p. 39-40).

São Cristóvão já demonstrava traços de decadência, fato que motivava Inácio Barbosa, o então presidente da Província de Sergipe em 17 de março de 1855, a transferência da capital da província. A prosperidade da classe dominante era cada vez maior, com a produção e exportação do açúcar, principalmente no Vale da Cotinguiba, o que levava à mudança da Capital São Cristóvão para uma região litorânea, pois é dotada de melhores condições portuárias, facilitando o embarque do açúcar para a Europa. A nova Capital, nos seus primeiros meses de existência, se deparava com a pandemia de cólera que castigava seus moradores em febres constantes, que chegaram a ser chamadas de febres do Aracaju (OLIVA; SILVA, 2015).

Sergipe se encontrava em situação de extremo pavor, crise de gêneros, de insalubridade, carência de médicos e remédios, sem recursos, sem dinheiro para manutenção da ordem social. Os surtos de cólera morbo atingiram todas as localidades da Província de Sergipe vitimando aproximadamente inúmeras pessoas de todas as classes sociais, entre os anos 1855/56 e 1863/64 (OLIVA; SILVA, 2015).

Uma vez, apresentado o conteúdo histórico sergipano, na próxima seção, serão apresentados o processo de criação e a primeira fase de funcionamento Biblioteca Pública Provincial de Sergipe, bem como a formação de seu acervo e as pessoas que contribuíram para a fundação dessa unidade de informação.

## **5 A BIBLIOTECA PÚBLICA PROVINCIAL DE SERGIPE: FUNDAÇÃO E FORMAÇÃO DO ACERVO**

Nessa seção se buscará destacar a primeira fase de desenvolvimento administrativo e do acervo bibliográfico da Biblioteca Pública Provincial de Sergipe (1848-1890), contemplando nesse apanhado o processo legal de constituição dessa importante instituição, dando ênfase à sua criação, funcionamento e formação de acervo. Também aqui serão elencadas as primeiras e principais obras que figuraram no acervo da referida instituição no momento de sua criação, bem como, traçar um perfil intelectual dos doadores.

### **5.1 Fundação da Biblioteca Pública Provincial de Sergipe (1848)**

A Biblioteca Pública Provincial de Sergipe foi criada pela Lei Provincial nº 233, em 16 de junho de 1848 e sancionada pelo Presidente da Província Dr. Zacarias de Góis de Vasconcelos, tendo como autor do projeto dessa lei o deputado provincial Dr. Martinho de Freitas Garcez<sup>27</sup>. Conforme estabelecia a Lei Provincial no Art. 1º “Fica creada na Capital desta província uma Bibliotheca com a denominação de – Bibliotheca Pública Provincial – que constará de obras antigas e modernas em todos os ramos de conhecimentos humanos, escolhidas e das melhores edições” (SERGIPE, 1848). Contudo, essa lei somente foi executada em 02 de julho de 1851, pelo então presidente da província, Dr. Amâncio João Pereira de Andrade. Com a denominação Biblioteca Pública Provincial de Sergipe foi criada e instalada em uma das salas do convento de São Francisco na cidade de São Cristóvão, a época atual capital da Província. Foi prometida pelo governo estabelecido a liberação de orçamento anual de 221:328\$802 (duzentos e vinte um mil contos de réis, trezentos e vinte e oito réis e oitocentos e dois tostões) destinado para compra de livros e despesas com sua manutenção (SANTOS, 1984).

---

<sup>27</sup> Ver p. 58

**Figura 3** – Primeira sede da Biblioteca Provincial em São Cristóvão (Convento São Francisco)



Fonte: Site <http://cadernosdopatrimonio.org> (2016)

Foi nomeado para cargo de primeiro diretor e bibliotecário o famoso orador sacro e parlamentar Padre José Gonçalves Barrozo<sup>28</sup>, conforme estabelecia o art. 4º da lei.

Fica também creado o logar de Bibliothecario, que será da nomeação do Presidente, e vencerá o ordenado, que por este lhe for arbitrado. Em quanto a Bibliotheca não contiver para mais de mil volumes, não perceberá elle se não metade do ordenado, e em seus impedimentos proporá ao Governo quem o substitua, sem que o substituto perceba cousa alguma pelos cofres provinciaes (SERGIPE, 1848).

A criação da Biblioteca atendia aos interesses do Liceu Sergipense, uma vez que reunia obras literárias, compêndios e outros textos para facilitar o acesso ao conhecimento pelos alunos matriculados no referido colégio. Seu acervo inicial era composto por 415 obras doadas pelo próprio Presidente da Província e por particulares da aristocracia sergipana. Ainda em 1851, seu acervo já contava o número de 737 volumes e a biblioteca expandia seu acervo a passo lento, haja vista não dispor até então de verba para ampliação do mesmo, contando apenas com as doações de pessoas dedicada à cultura do conhecimento (DÓRIA, 1942).

---

<sup>28</sup> Ver p. 57

## 5.2 O desenvolvimento da biblioteca na primeira fase de funcionamento

Entre os anos de 1851 a 1855, período em que a Biblioteca esteve situada em São Cristóvão, os relatórios apresentados à Assembleia Legislativa, relatam o desenvolvimento tímido da biblioteca devido à falta de verba para a compra de livros e assinaturas de revistas. A biblioteca ainda em fase formação era visitada por um pequeno grupo de intelectuais, professores, estudantes, funcionários da administração provincial, padres e outros religiosos residentes no próprio Convento que servia de abrigo para a biblioteca, onde lá ficou até a mudança da capital (SANTOS, 1984).

No relatório apresentado à Assembleia Legislativa em 1852, o presidente Dr. José Antônio de Oliveira Silva reafirmava que a biblioteca após um ano de existência continuava instalada em um dos salões do convento com espaço amplo para o seu funcionamento. Explicitava ainda que o número de frequentadores não ultrapassava 08 (oito) leitores por dia e que a possuía 03 funcionários, a saber: um bibliotecário, um ajudante e um amanuense<sup>29</sup> servindo de porteiro (GOVERNO DA PROVÍNCIA, 1852).

Continuava, informando que o acervo da referida biblioteca contava com 837 volumes, sendo 280 comprados e os restantes doados. Acrescentava que se recebia com regularidade várias produções periódicas de diversas tipografias das Províncias, em conformidade ao Decreto nº 433 de julho de 1847, que obrigava os impressores a remeter à Biblioteca Pública Nacional e às bibliotecas das capitais das províncias um exemplar de cada publicação das respectivas tipografias. Ainda era citada no relatório a solicitação do bibliotecário de uma verba de 500\$00 (quinhentos réis) para a compra de livros e assinatura de alguns importantes jornais europeus para o bom andamento da biblioteca (GOVERNO DA PROVÍNCIA, 1852).

Já no ano de 1853, no relatório lido pelo presidente Dr. José Antônio de Oliveira Silva, este evidenciava que a biblioteca continuava funcionando regularmente, porém com algumas necessidades urgentes. Segundo ele, o bibliotecário informava a utilização de parte da receita anual de 333\$000 (trezentos e trinta e três réis) para compra de livro da área jurídica. Dentre estes, a importante *Collecção da Legislação Portuguesa* de Antonio Delgado da Silva, (1825). Em relação ao acervo, informava que a unidade de informação já contava com 1.035 volumes. Além disso, solicitava forro para o salão a fim de evitar que alguns animais danificassem os livros e móveis. Citava ainda, a precisão de

---

29 Funcionário de repartição pública que escreve textos à mão; escrevente, copista, secretário.

adquirir cadeiras visto que o estabelecimento possuía apenas 05 (cinco) que não eram suficientes para atender os usuários. Ainda segundo o Presidente, o bibliotecário ressaltava que havia necessidade de adquirir uma Coleção da Legislação Geral do Império e de expositores das disciplinas que se lecionava no Liceu. Por fim, ainda insistia em transferir o arquivo e a secretaria do corpo da biblioteca para duas salas próximas visando ampliar o espaço para os leitores (GOVERNO DA PROVÍNCIA, 1853).

De acordo com o Relatório Provincial do ano de 1854, o bibliotecário vigário José Gonçalves Barrozo expunha um minucioso relato da situação que se encontrava a Biblioteca Pública. Por este relatório sabe-se que ela já contava com 1.642 volumes. A maior parte comprada com verba dos cofres provinciais ou adquiridas por doações, demandando um orçamento de quinhentos mil reis para compras de livros, assinatura de jornais do país e da Europa (BIBLIOTHECA PUBLICA PROVINCIAL, 1854).

O bibliotecário ressaltava que a princípio recebia frequentemente exemplares de jornais nacionais e locais, em cumprimento ao Decreto nº 423. Foram eles: Diário do Rio de Janeiro, Mercantil, Bello Sexo, Reforma, Auxiliar da Indústria Nacional e Jornal do Comércio. Mas, ultimamente estava recebendo apenas os jornais do Comércio, Velho Brazil, Correio Sergipense e União Liberal. Barrozo citava ainda, que a biblioteca era diariamente frequentada por muitas pessoas, principalmente pelos alunos do Liceu que não podiam comprar livros, demandando a atualização do acervo com obras de Jurisprudência, História, Poesias, Língua Portuguesa e Francesa, e exemplares da Bíblia Sagrada.

Ainda nesse relatório era mencionada a estrutura e funcionamento da biblioteca, como: Catálogo, Escrituração, Quadro de pessoal, Material e Balancete da receita e despesa do ano de 1853. Abaixo, será explicitado seu conteúdo, mantendo-se algumas expressões constantes no Relatório (GOVERNO DA PROVÍNCIA, 1854).

- **Catálogo:** foi estruturado por diferentes classes divididas por letras numéricas designadas para identificar as estantes e alfanuméricas para cada classe: Teologia, Jurisprudência, Ciências, Artes, Belas letras e História, de acordo com o que determinava o Artigo 2º do regulamento de 02 de julho de 1851.
- **Escrituração:** a biblioteca possuía cinco livros: receita e despesa, inventário da mobília, utensílios da casa, termos de responsabilidade dos livros que eram liberados para empréstimos, registro de ofícios e informações e pontos dos empregados subalternos, segundo sugeria o Artigo 5º do regulamento. O bibliotecário sugeria mais dois livros, um para as contas correntes e outro para as entradas dos livros, visando evitar a obscuridade na contabilidade da biblioteca.

- **Quadro de pessoal:** era composto do bibliotecário, do ajudante e do amanuense servindo de porteiro, recebendo ordenados respectivamente 360\$00 (trezentos e sessenta réis) 240\$00 (duzentos e quarenta réis). Para o diretor e bibliotecário a quantidade de funcionários era suficiente para o bom desempenho das atividades diárias. Porém os ordenados não correspondiam ao trabalho que cada um desenvolvia, sendo merecedores de um aumento, haja vista a jornada de trabalho que ia das 9 horas da manhã as 12 e das 14 horas às 17 da tarde, não dispondo de tempo para outra ocupação.
- **Material:** a biblioteca possuía 02 (duas) estantes com cerca de 1200 livros, porém o bibliotecário relatava a necessidade de mais 06 (seis) estantes para seguir o modo de organização por classes dos livros; de forro para evitar que a poeira ou animais danificassem os volumes; de cadeiras uma vez que a biblioteca contava apenas com três cadeiras para atender aos frequentadores; de um relógio ou pêndula para controle da hora de trabalho dos empregados. E mais uma vez salientava a mudança da secretaria e do arquivo do salão da biblioteca para outras celas do Convento, assim ampliando o espaço da biblioteca para o público.
- **Balancete:** demonstrava a receita e despesa da biblioteca de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1853. Segundo o documento, a instituição recebeu da tesouraria provincial nos meses de março, novembro e dezembro, respectivamente os valores 188\$000 (cento e oitenta e oito réis), 339\$000 (trezentos e trinta e nove réis) e 23\$840 (vinte e três réis e oitocentos e quarenta tostões), totalizando a quantia de 550\$840 (quinhentos e cinquenta réis e oitocentos e quarenta tostões), gastando o valor de 527\$000 (quinhentos e vinte e sete réis), para a compra de livros e 23\$840 (vinte e três réis e oitocentos e quarenta tostões) para o pagamento de despesas com o expediente da biblioteca.

Em 1855, com a mudança da capital para a Aracaju, o Presidente Inácio Joaquim Barbosa, por meio da Resolução nº 424 de 03 de maio de 1855, extinguiu os cargos de bibliotecário, de ajudante e de amanuense. Determinou ainda, a remoção da Biblioteca para a nova capital da Província, sendo esta instalada na Secretaria da Assembleia Provincial, sob a guarda de um zelador com vencimentos anuais de 300\$000 (trezentos réis). A partir de então, esse acervo foi constantemente removido de um lugar para outro, causando protestos de intelectuais e partidários como o padre Gonçalves Barrozo, Guilherme Rebelo e Martinho Garcez (DÓRIA, 1942).

Carente da assistência política e econômica necessária à ampliação do seu acervo para atrair novos leitores, a biblioteca caiu no esquecimento. A biblioteca ficou alojada no prédio da Tesouraria Provincial até o ano de 1858, quando por meio da Resolução nº 496 de

24 de maio desse mesmo ano, o Presidente Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça ordenou a transferência dos livros e dos objetos da extinta Biblioteca da Província para uma das salas da Secretaria do Governo sob a guarda de um funcionário que o Secretário da Província deveria indicar. Determinou ainda, que o secretário podia liberar os livros aos que desejassem usufruir do conhecimento. Porém, devendo o mesmo, recomendar um local adequado dentro da repartição para leitura, respeitando o regulamento que proibia a entrada de pessoa estranha no recinto da Secretaria (SERGIPE, 1858). No ano seguinte, as coleções de leis gerais foram deslocadas para o arquivo da Assembleia Legislativa, de acordo a determinação do Art. 25 da Resolução Legislativa nº 577 (DÓRIA, 1942).

Em 20 de janeiro de 1866, o terceiro vice-presidente comendador Dr. Ângelo Francisco Ramos em sua *Falla* na Assembleia Legislativa relatava que a Biblioteca Pública depois de removida para Secretaria da Presidência, calculava 987 livros divididos em classes como: linguísticas, ciências morais e teológicas, filosofia, jurisprudência, ciências naturais, médicas, físicas e físico-matemáticas, ciências econômicas, história, belas artes e ciências políticas e literatura. Destes, 170 estavam completamente estragados por falta de asseio e uso visto não haver um zelador para remover constantemente a poeira e as traças, conforme identificado pelo levantamento da comissão formada por Guilherme Pereira Rebelo, Candido Augusto Pereira Frango e Aristides Joaquim da Guia. (GOVERNO DA PROVÍNCIA, 1865). O vice-presidente sugeria ainda que a biblioteca fosse transferida para uma sala do pavimento térreo fora do recinto da Secretaria para que fosse frequentada durante o dia por pessoas que quisessem dispor de algumas horas de estudos. Todavia, sob a vigilância do porteiro ou outro funcionário da Presidência. Para o Dr. Ângelo tornar a biblioteca acessível ao público era um dever do governo homenagear a civilização com um espaço que possuía quase mil volumes e ostentava as inestimáveis riquezas da inteligência de muitos filósofos e pensadores que tanto contribuíam para formação de grandes homens (GOVERNO DA PROVÍNCIA, 1866).

No relatório de 1867, apresentado a Assembleia Legislativa o presidente Dr. José Pereira da Silva Moraes, relatava que a biblioteca somava 840 volumes, a maioria danificado pelas traças e precisando ser encadernados. Tais volumes estavam trancados em caixotes por não haver condições de ficarem expostos nas estantes. Quanto à biblioteca, o presidente ressaltava aos membros da assembleia a necessidade de autorizar a venda em hasta pública ou determinar uma quantia para a sua preservação e encadernação dos exemplares, bem como para a compra e assinatura anual de obras e jornais. Isto porque a Província poderia usufruir das vantagens de uma instituição que guardava vastas raridades do conhecimento humano (GOVERNO DA PROVÍNCIA, 1867)

Em 01 de março de 1869, o presidente Dr. Evaristo Ferreira da Veiga em seu relatório apresentado à Assembleia Legislativa frisava o completo estado de esquecimento que se encontrava a biblioteca pública desde a sua transferência em 1862 para um dos salões da Secretaria da Presidência. Os livros estavam se deteriorando por falta de zelo ou devido às traças que destruíam o material a cada dia e, logo, este chegaria à total extinção. Assim, como fizeram seus antecessores, o presidente enfatizou a importância da venda em hasta pública e seus produtos fossem recolhidos aos cofres públicos ou liberação de verba para sua conservação. Ainda nesse relatório Governo da Província (1869, p. 28) mencionava que “[...] não é despesa improdutiva aquella que se faz com a instrução, unico meio de civilisar os homes e formar bons e prestaveis cidadãos [...]”. Era evidente o desejo do presidente de ter um espaço para a educação dos jovens da Província, uma vez que em Sergipe não possuía cursos de instrução superior (GOVERNO DA PROVÍNCIA, 1869).

O presidente Dr. Luiz Alvares de Azevedo Macedo no ano de 1872, descrevia em seu relatório à Assembleia, a situação que se encontrava os livros da extinta biblioteca, agora armazenados em uma das salas do Atheneu Sergipense. Segundo ele, estavam corroídos por traças e vermes, configurando um cenário de total desleixo e desprezo com as obras das ciências e das letras. Ainda segundo Governo da Província (1872, p. 43), “[...] quão pouco importaram mesmo os sacrifícios da Província na aquisição d’esses mestres mudos da intelligencia [...]”, as quais agora estavam esquecidas em estantes empoeiradas dentro de um porão, excluídas da sociedade (GOVERNO DA PROVÍNCIA, 1872).

Para o presidente seria de extrema necessidade que a biblioteca pública fosse colocada ao lado do Colégio Atheneu, pois considerava que a “[...] eschola sem a biblioteca era infructifera [...]”, e ainda continuava o presidente “[...] porque o lêr não deve ser procurado, sinão como instrumento para alcançar grandes resultados [...]” (1872, p. 44), dessa forma, solicitava que essa necessidade fosse atendida pelos membros da Assembleia Legislativa. O Dr. Luiz Alvares concluía seu relatório destacando que a capital contava com o Gabinete Literário Sergipano, fruto da dedicação da sociedade particular para preencher a carência da biblioteca para os amantes das letras. (GOVERNO DA PROVÍNCIA, 1872).

O Gabinete Literário Sergipense foi criado em 22 de maio de 1870, contando com obras, como: Jerusalém Libertada, Os Miseráveis e Os Operários do Mar, de Victor Hugo. Apesar da grande contribuição prestada à comunidade intelectual sergipana e dos esforços de seus membros, por falta de recursos para se manter em funcionamento o Gabinete Literário encerrou suas atividades em 29 de junho de 1888, e suas obras foram incorporadas ao acervo da Biblioteca Pública (SANTOS, 1984).

No ano de 1873, no governo do Dr. Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, finalmente a biblioteca passou a funcionar ativamente. Seus livros foram removidos do Ateneu Sergipano para umas das salas do Palácio do Governo. O então presidente baixou dois atos: reabriu a Biblioteca com a denominação de Gabinete de Leitura e criou o cargo de porteiro, o qual foi ocupado por José Valentim de Britto com vencimentos anuais de 300\$00 (trezentos réis). Os atos do Presidente sergipano foram resultado dos esforços do Dr. Manuel Luiz Azevedo e de outros intelectuais tão desejosos de um importante estabelecimento para a sociedade sergipana. Estes ainda contribuíram com a doação de obras literárias para o ressurgimento da biblioteca pública de Sergipe.

De maneira paralela, na Corte, o Poder Executivo autorizou a fundação de bibliotecas públicas, em todo o território. Também na Província do Rio de Janeiro foi autorizada a abertura de bibliotecas públicas na sede de cada município. Suspeita-se que esse fato, tenha motivado as campanhas para reabertura da biblioteca local (DÓRIA, 1942).

Entusiasmados pelo restabelecimento da Biblioteca Provincial de Sergipe, conforme menciona Epifânio Dória (1942), diversos intelectuais fizeram doações de obras para atualização e ampliação do acervo da biblioteca, entre eles estavam: Dr. Manoel Luiz Araújo de Azevedo, Dr. Alexandre Pinto Lobão, Dr. Pedro Pereira de Andrade, Dr. Américo Alves Guimarães, Professor Severiano Cardoso, D. Júlia E. B. de Castro, Professor Geminiano Paes de Azevedo, Dr. Francisco José Martins Penna Júnior, Dr. José Guilherme da Silva Martins, Capitão Florentino Teles de Menezes e Francisco Xavier Catilina.

Em 31 de janeiro de 1875, Dr. Manoel Luiz, em seu relatório da Instrução Pública dedicava algumas palavras sobre a biblioteca pública. Segundo o mesmo, apesar dos esforços de particulares anos antes, o estabelecimento não havia apresentado qualquer sinal de progresso. Estava alojada em uma das salas do Palácio do Governo e sem verba para a aquisição de obras que pudesse atrair a presença de leitores no seu espaço. Para o inspetor destinar uma verba orçamentária anual para a manutenção do acervo seria o meio de garantir a preservação da Biblioteca Pública (INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1875).

Ainda em 1875, pela Resolução Provincial de 20 de abril, os livros da Biblioteca Pública foram removidos do Palácio do Governo para uns dos salões do palacete da Assembleia Legislativa sob a guarda do porteiro dessa repartição.

No ano de 1876, coube ao novo diretor de ensino público Dr. Thomaz Diogo Leopoldo destinar um capítulo em seu relatório para explanar o estado da biblioteca pública que ainda continuava em uma sala do palácio da Assembleia Legislativa, sendo guardada pelo porteiro que recebia vencimentos anuais de 200\$00 (duzentos réis) por esse serviço. O

inspetor ressaltava que devido ao estado de abandono que se encontrava a biblioteca, aos poucos livros que lá existiam (na maioria corroídos por falta de cuidados adequados), e ao zelador que não possuía aptidão para o desempenho das funções de bibliotecário, seria apropriado que esta fosse removida para a Secretaria da Instrução, sob os cuidados do diretor geral. Para ele, com o passar do tempo, à biblioteca estaria apropriada para atender ao público da Província (GOVERNO DA PROVÍNCIA, 1876).

Segundo determinava o artigo 152 do regulamento da instrução pública, de 09 de janeiro de 1877, os livros da biblioteca foram transferidos do palacete da Assembleia Legislativa para a diretoria da instrução e foi autorizada uma bonificação de 200\$00 (duzentos réis) para o secretário responsável pela conservação do estabelecimento. No ano subsequente, o presidente da província Dr. Francisco Ildefonso Ribeiro de Menezes, justificando a necessidade de fazer economia suspende a gratificação do secretário da diretoria da inspeção (INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1877).

Em 25 de janeiro de 1880, de acordo com Dória (1942), o professor Tito Augusto Souto de Andrade no seu relatório da Instrução Pública citava que a biblioteca mantinha a mesma quantidade de livros desde a sua remoção para a secretaria da instrução. Informava ainda, que a maioria dos livros já chegara inutilizada. Mas, o número de volumes não havia diminuído devido aos cuidados de conservação ali desenvolvidos.

Segundo Epifânio Dória (1942), entre os anos de 1880 a 1889, refletindo o descaso apresentado ao longo dos anos, a biblioteca passou então por um período de esquecimento do poder público. Nessa década não constam nos relatórios provinciais informações acerca da biblioteca. Tal fato indica total abandono político e econômico de uma instituição criada como o objetivo de disseminar e preservar os conhecimentos da humanidade. Em seu artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Dória (1942, p. 88) citava que “nenhum estabelecimento público da Província teve sorte mais ingrata, vida mais errante do que a biblioteca”, e assim seguia a trajetória da biblioteca durante o regime imperial.

Já na República, exatamente em 27 de março de 1890, o então governador e historiador Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, através do Decreto nº 34, criou a Biblioteca Pública do Estado. Ela foi aberta ao público em 13 de agosto do mesmo ano com a finalidade de suprir às necessidades da população sergipana de um estabelecimento de leitura e disseminação das atividades culturais na capital. Foram nomeados para os cargos de diretor Josino Menezes e para conservador (ajudante de bibliotecário) Antônio de Carvalho Lima Júnior. Quatro meses depois a sua instalação em uma das salas do Palácio do Governo, a

biblioteca estava em pleno funcionamento, com uma receita anual de 686:285\$000 (seiscentos e oitenta e seis mil contos de réis e duzentos e oitenta e cinco réis). Seu catálogo foi confeccionado pelo conservador, seguindo os requisitos do sistema *Garnier*<sup>30</sup>, que era dividido em cinco partes: religião, jurisprudência, ciências e artes, belas letras e história. A biblioteca demonstrando que finalmente havia se reerguido após anos na obscuridade, já atendia cerca de 870 leitores com 929 obras consultadas, entre os frequentadores da biblioteca estavam personalidades como: Olinto Dantas, Brício Cardoso, Armindo Guaraná, Simeão Sobral, Oseas dos Santos, Deodato Maia, Graccho Cardoso, Baltazar Góis, Quintino Marques e Alfredo Montes (SANTOS, 1984).

Finalmente, depois da transferência da Biblioteca Pública para Aracaju, que acarretou em uma série de problemas: seu acervo constantemente deslocado entre os prédios públicos da província; exposto à ambientes insalubres; suas obras na maioria destruída, a biblioteca foi resumida a uma “existência vegetativa, arrastando uma vida obscura ignorada, entregue ao maior menosprezo”, conforme descreveu Epifânio Dória (1942, p. 89). A biblioteca voltava a funcionar efetivamente, com seu acervo sendo ampliado a cada dia, e o número de leitores cada vez maior e assíduo. Segundo Pedrinho dos Santos (1984), apesar das dificuldades para atender os leitores, era visível que a biblioteca após anos de obscuridade, enfim estava em ascensão e atingindo o objetivo para qual foi criada no ano de 1848.

### **5.3 Os doadores e as primeiras obras do acervo de raridades (1851)**

Com intuito de promover e ampliar o nível de instrução na Província de Sergipe, no ano de 1850, a Congregação do Liceu de São Cristóvão composta pelos cidadãos Galdino Barbosa de Araújo, Olympio Fiúsa Muniz Barreto, Euzébio Vanerio e padre José Gonçalves Barrozo sugeriu ao governo a instalação da Biblioteca Provincial. Em resposta a essa solicitação o então governador provincial Dr. Amâncio João Pereira de Andrade pediu aos religiosos Franciscanos uma das salas do convento e nomeou comissões para arrecadar obras literárias e científicas para a nova Biblioteca. Em 02 de julho do ano seguinte, a Biblioteca Provincial abre suas portas com um acervo formado por 415 (quatrocentos e quinze) obras,

---

30 Sistema Francês ou Sistema dos Livreiros de Paris, atribuído ao jesuíta Jean Garnier e ao livreiro Gabriel Martins, os livros deviam ser organizado em cinco classes: 1ª: Teologia; 2ª: Jurisprudência; 3ª: Ciências e Artes; 4ª: Belas Letras; 5ª: História.

fruto de doação de 18 (dezoito) cidadãos interessados em contribuir para facilitar a aumentar a instrução na Província (DÓRIA, 1942).

Para dar conhecimento de tais obras e doadores, transcreve-se abaixo, a partir do Dicionário Biobliográfico de Armindo Guaraná (1925) e das publicações do Jornal O Correio Sergipense (1851), o nome dos doadores e as respectivas obras doadas:

- **Dr. Amâncio João Pereira de Andrade**

Presidente responsável pela implantação da Biblioteca Pública Provincial de Sergipe. Foi o 22.º presidente da província de Sergipe nomeado em 09.10.1849, empossado em 17.12.1849, deixando o cargo em 19.07.1851. Bacharel, político e deputado pela Bahia na 6ª legislatura do Império, entre os anos de 1845 a 1847 (BARATA, 2012, p. 26).

**Quadro 1** – Relação das obras doadas por Dr. Amâncio João Pereira de Andrade

	Título	Ano de publicação	Volume
1.	Encyclopedia moderna por Courtin	1832	25
2.	Droit maritime de l' Europe por Azuni	1805	02
3.	Stile Diplomatique por Missel	1826	02

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

- **João Gomes de Melo (Barão de Maruim)**

Filho de Teotônio Corrêa Dantas e D. Clara Angélica de Menezes, nasceu a 18 de setembro de 1809, no engenho Santa Bárbara, município de Maruim, e faleceu a 23 de abril de 1890, na capital federal. Seguindo o exemplo dos seus antepassados, dedicou-se à vida da agricultura. Fez donativos para a construção da igreja matriz da cidade de Maruim. Na carreira política, foi chefe do partido conservador, alcançou as mais elevadas posições. Foi condecorado pelo governo imperial em 11 de outubro de 1848, com o título de barão de Maruim, foi ainda: comandante superior da guarda nacional, vice-presidente da província, deputado provincial por diversas vezes e deputado geral nas três legislaturas de 1853 a 1864, também foi senador do império. Como vice-presidente, administrou a Província de 27 de setembro de 1855 até 27 de fevereiro de 1856 (GUARANÁ, 1925, p. 256).

**Quadro 2** – Relação das obras doadas por João Gomes de Melo (Barão de Maruim)

	Título	Ano de publicação	Volume
1.	Direito Mercantil por J. da Silva Lisboa Vangerre	1611	02
2.	Archives de Droit et de Legislation	1837	03
3.	OEuvres completes de Montesquieu	-	01
4.	Repertório geral de todas as Leis por Fernandes Thomaz	-	02
5.	Droit des Gens por Vatel	-	01
6.	Avantages du Mariage	1760	01
7.	L' Homme de lettres	1774	01
8.	Pensées de Seneque por La Bomelle	1768	01
9.	Recreação philosophica por Theodoro d'Almeida	1835	10
10.	Cartas phisico-mathematicas por Theodoro d'Almeida	1799	03
11.	De la Peine de Mort e matière politique por Guizot	-	01
12.	Le célibat, le mariage, e le divorce	-	01
13.	Tratado de Solidão por Zimmermam	-	01
14.	Instituições logicas de Storchenaus	1837	01
15.	Historia d'America	-	02
16.	Histoire de Napoléon, e de la grande armés par Segur	-	02
17.	Gazêta dos Tribunaes	-	02
18.	Tratado de eloquencia sagrada pelo Gardeal Maury	-	02
19.	Historia do Futuro por Vieira	-	01
20.	Abrens Droit Naturel	-	01
21.	Constituição do Arcebispado	-	01
22.	Obras Completas de Francisco Manoel do Nascimento – Filinto Elysio	-	11

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

### • Domingos Mondim Pestana

Oficial da Guarda Nacional (tendo chegado a tenente-coronel), advogado, jornalista e diretor da Tipografia Provincial. Nasceu na Bahia, em 1805; e faleceu em Aracaju, em 1875. Tomou parte na luta da independência, travada na Bahia, alistando-se como praça voluntária com os dois irmãos Manoel e Antônio Rebouças, Francisco Muniz Barreto e muitos outros jovens baianos e, finda a campanha, seguiu na carreira das armas, já escrevendo sobre assuntos de guerra. Advogou algum tempo no foro de sua província, de onde passou para a de Sergipe por ocasião da Revolução de 1837; ali exerceu um lugar na secretaria do governo, aposentando-se no cargo de oficial-maior, e esteve depois algum tempo em Alagoas, onde foi eleito deputado provincial. Participou da Guerra do Paraguai. E em Aracaju foi redator do Correio Sergipense e do União Liberal [TOPONÍMIA sergipana]<sup>31</sup>.

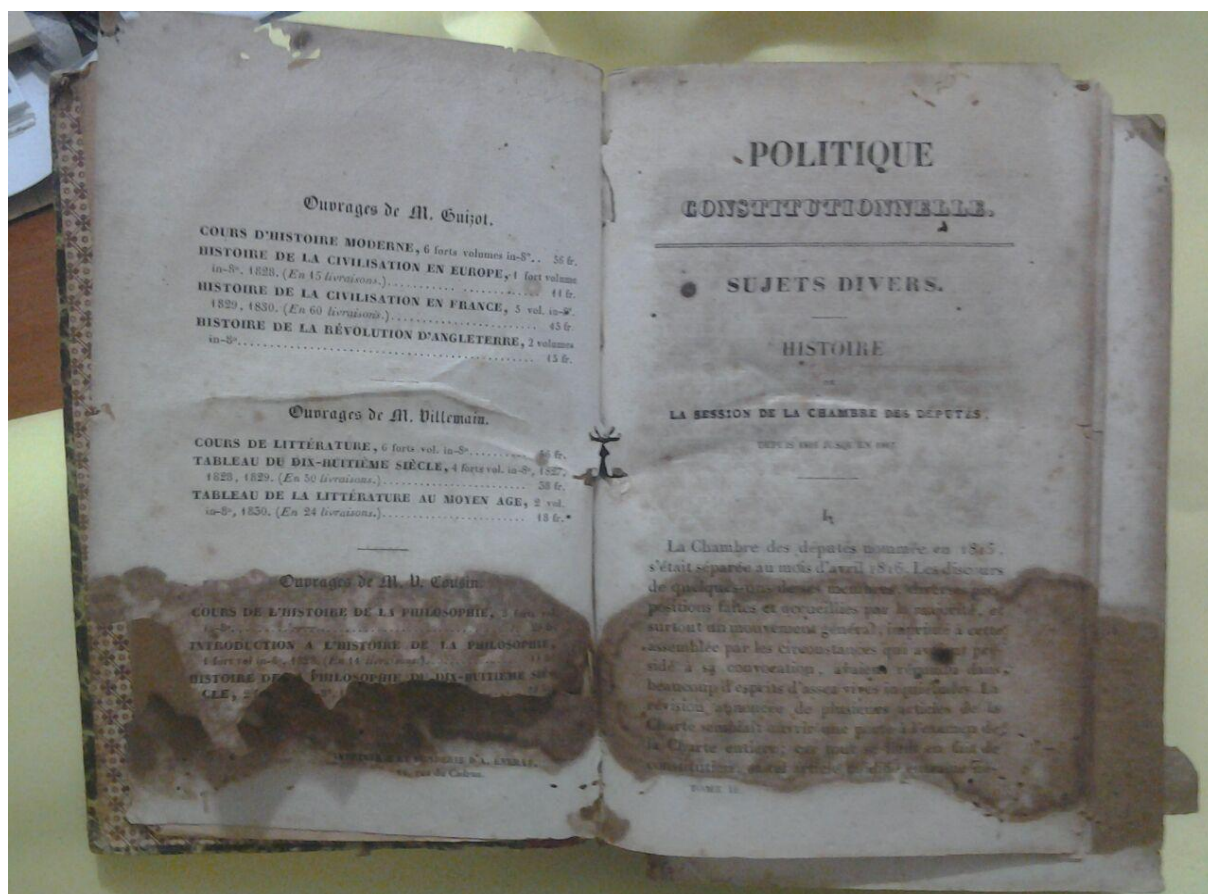
<sup>31</sup>Toponímia Sergipana. Disponível

em: <[http://www.toponimiainsulana.com.br/domingos\\_mondim.html](http://www.toponimiainsulana.com.br/domingos_mondim.html)> Acesso em: 12 set. 2016.

**Quadro 3** – Relação das obras doadas Domingos Mondim Pestana

	Título	Ano de publicação	Volume
1.	Histoire generale, impartiale des erreurs dès fautes et des crimes commis pendant la Revolution Francaise	1797	05
2.	Collections de Constitutions – Ver figura 4	1823	06
3.	Memoriaes de Maximilian por Roberspierre	1830	02
4.	Corographia Brasilica por Casal	-	02
5.	Melanges de litterature et de porlique por Benjamin Constant	1829	02
6.	Souvenir du Nord por Faure	1821	01
7.	Questões de Direito publico e administrativo por Silvestre Pinheiro	-	01
8.	Histoire de la Conjuration de Maximilian Roberspierre	1801	01

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

**Figura 4** – Livro de Política Constitucional

Fonte: Autora (2016)

- **Dr. Francisco Rabelo Leite**

Coronel e dono do engenho Espírito Santo no município de Riachuelo. Casado com Dona Maria Virgínia Accioli Leite e pai de Dr. Augusto César Leite e Dr. Sílvio Leite

(GUARANÁ, 1925, p. 491). Eleito deputado provincial de Sergipe com 208 votos para biênio de 1852 e 1853. (RESULTADO..., 1851, p. 4).

**Quadro 4** – Relação das obras doadas por Dr. Francisco Rabelo Leite

	Título	Ano de publicação	Volume
1.	Histoire de Napoleon por Capefligue	1846	02

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

- **Dr. Guilherme Pereira Rebello**

Médico, casado com D. Francisca Ribeiro Viana Rebello, pai de também médico Guilherme Pereira Rebello, que recebeu o grau de doutor em medicina pela Faculdade da Bahia em 21 de dezembro de 1878. Posteriormente obteve na mesma instituição o grau de farmacêutico (GUARANÁ, 1925, p. 207).

**Quadro 5** – Relação das obras doadas por Dr. Guilherme Pereira Rebello

	Título	Ano de publicação	Volume
1.	Ouvres de Henry Heine	1833	05
2.	La France sociale politique e litteraire por Henry Balliwer	1834	04
3.	Traité de la Propriété por Charles Comte	1834	02
4.	Relacions de lo físico y moral de l' hombre por Babanis	-	04
5.	Chute de l' Empire Romain por Simonde de Sismondi	1835	02
6.	De l'homme et de la Sociele por Donnadieu	1833	01
7.	Pauvrete des Nations por Toderé	1825	01
8.	L'Ocean et ses merveilles por Choupin	-	01
9.	Geographie em 36 lecons por Simencourt	1835	01

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

- **Dr. João José de Bittencourt Calasans**

Filho de José de Calasans Bittencourt e Dona Antonia da Vera Cruz Brake, nasceu a 12 de junho de 1811, na antiga vila de Santa Luzia e faleceu a 18 de agosto de 1870, no seu engenho Castelo, pertencente à mesma vila. Frequentou a Academia de Olinda até o quarto ano, interrompeu o curso, seguindo para Bruxelas para estudar direito. Quando regressou a Província, dedicou à atividade da lavoura, introduzindo no seu estabelecimento agrícola, arados e maquinismos a vapor, depois de ter feito nos Estados Unidos e na Ilha de Cuba estudos especiais sobre o melhor sistema de cultura da cana e do fabrico de açúcar. No setor público ocupou os cargos de primeiro suplente do juiz municipal e presidente da Câmara

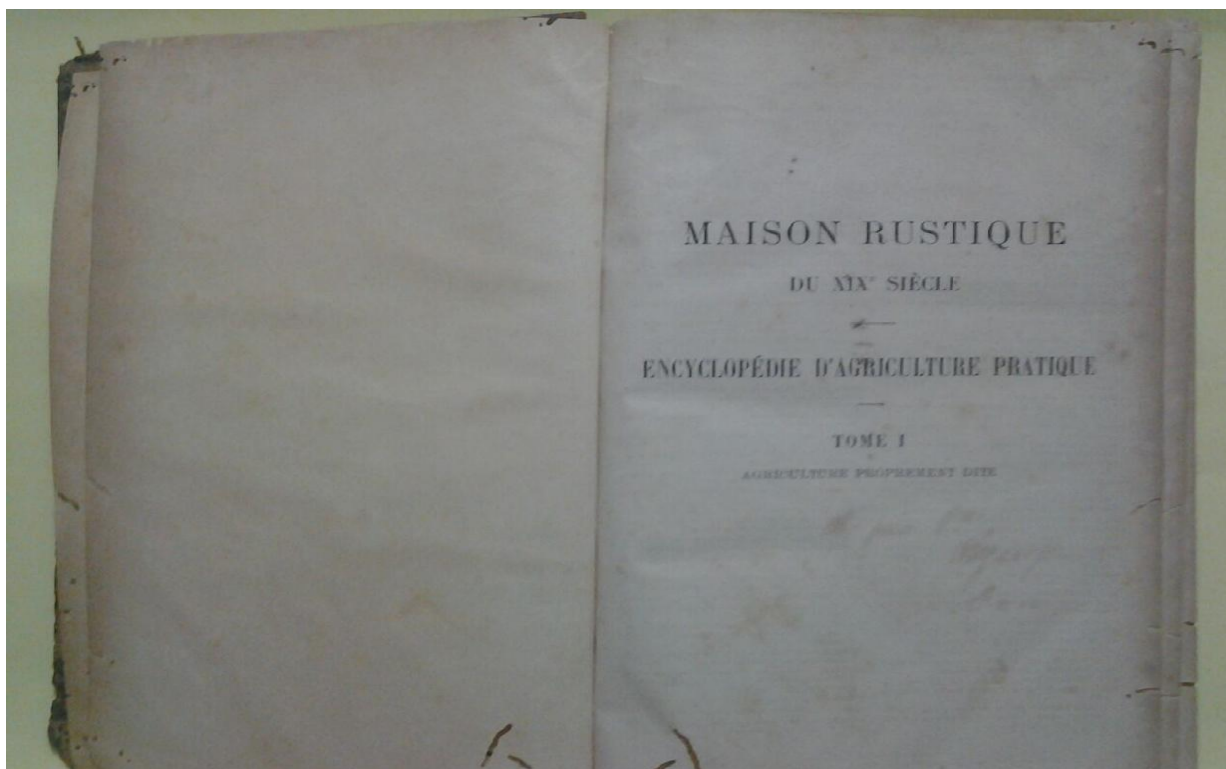
Municipal de Santa Luzia, deputado provincial em mais de uma legislatura e 2º vice-presidente da província, em cuja administração ocorreu no período de 16 a 18 de outubro de 1847. Foi comendador da Ordem de Cristo, membro de diversas sociedades científicas e da Diretoria do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura (GUARANÁ, 1925, p. 258).

**Quadro 6** – Relação das obras doadas João José de Bittencourt Calasans

	Título	Ano de publicação	Volume
1.	Bíblia Sagrada vertida em português	-	01
2.	Maison Rustique - Encyclopedie d'agriculture pratique – Ver figuras 5, 6 e 7	1838	04

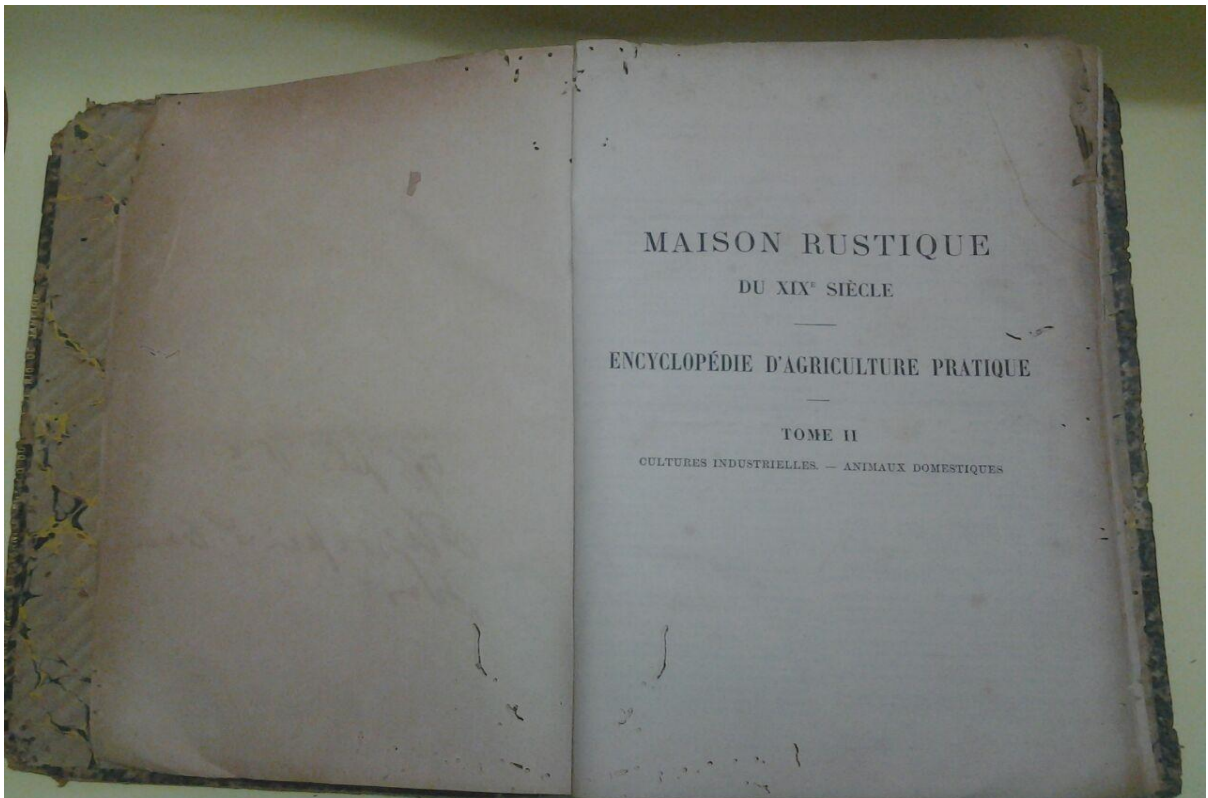
Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

**Figura 5** – Enciclopédia da agricultura prática – vol. I



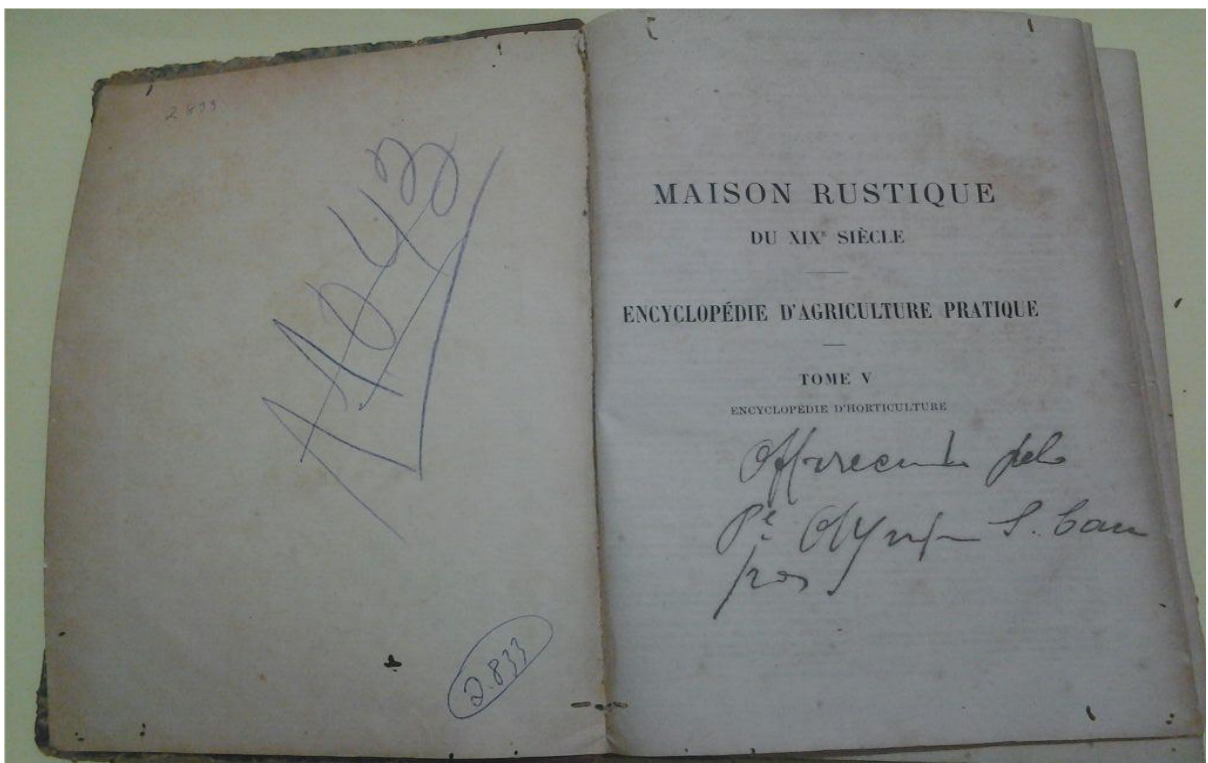
Fonte: Autora (2016)

**Figura 6** – Enciclopédia da agricultura prática – vol. II



Fonte: Autora (2016)

**Figura 7** – Enciclopédia da agricultura prática – vol. V



Fonte: Autora (2016)

- **Dr. Joaquim José de Oliveira**

Nasceu em 02 de novembro de 1820, em São Cristóvão, filho de Francisco Félix de Oliveira e Anna Joaquina de Oliveira. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 23 de novembro de 1844, defendendo a tese “Proposições sobre os ruídos normais e patológicos do coração e das artérias”. Foi o primeiro comissário vacinador em 1846. Provedor de Saúde do Porto. Deputado estadual (1852/1953) chegou a ser governador da Província, Capitão-Mor da Guarda Nacional, primeiro Diretor do Hospital Nossa Senhora da Conceição (atual Santa Isabel), em 1862. Condecorado com a Ordem de Cristo em 14 de março de 1860, após a visita do Imperador a sua cidade. Escreveu: “Limites de Sergipe com a Bahia”, “Histórias perdidas”, “Apontamentos para a História de Sergipe” (inédito). Músico, com várias composições. Filantropo. Seguidor da homeopatia. Faleceu em 16 de setembro de 1872, no Rio de Janeiro, com 52 anos. (GUARANÁ, 1925, p. 280).

**Quadro 7 – Relação das obras doadas Dr. Joaquim José de Oliveira**

	Título	Ano de publicação	Volume
1.	Biographie des eufans célebres por Madame Gabrielle	1820	02
2.	La Logique	1824	01
3.	Mes prisons por Silvio Pellico	-	01

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

- **Reverendo José Gonçalves Barrozo (primeiro diretor e bibliotecário da biblioteca)**

Nasceu na então vila de Laranjeiras a 21 de março de 1821 e faleceu na cidade de S. Cristóvão a 17 de setembro de 1882. Filho do capitão Antônio Gonçalves Barrozo e Dona Martinha Maria do Sacramento. Coursou as aulas do seminário arquiepiscopal da Bahia. No primeiro quinquênio após a sua ordenação foi chamado a ocupar no funcionalismo público os cargos de lente de Filosofia Racional e Moral em 1845, os cargos de secretário e lente de Filosofia em 1846, do extinto Liceu de São. Cristóvão, também foi diretor do colégio. Foi o bibliotecário (o primeiro na ordem cronológica) da Biblioteca Pública Provincial, entre os anos de 1851 e 1854, e diretor da Imprensa do governo. Foi nomeado vigário da freguesia Nossa Senhora da Vitória da cidade de São Cristóvão, tendo exercido as funções paroquiais desde sua posse em 21 de abril de 1853 até aos seus últimos dias.

Na vida política fez parte do partido conservador, eleito vereador da Câmara Municipal de São Cristóvão no período de 1853 a 1856. Foi o primeiro cargo eletivo que ocupou no longo estágio percorrido durante trinta anos de lutas partidárias, dos quais como

deputado provincial em onze legislaturas, quase sempre elevado à cadeira de presidente da Assembleia por seus colegas de representação. Na sessão memorável de 1854, na qual foi apresentada a Assembleia Provincial a ideia da mudança da Capital para Aracaju, se colocou entre os opositores do projeto apoiado pelo presidente Ignácio Joaquim Barbosa. O seu grande esforço esterilizou-se ante a vontade irredutível do governo, cujo pensamento teve de ser convertida em lei da Província e punida a independência do deputado opositor com a jubilação na cadeira de lente de Filosofia do Liceu Sergipense.

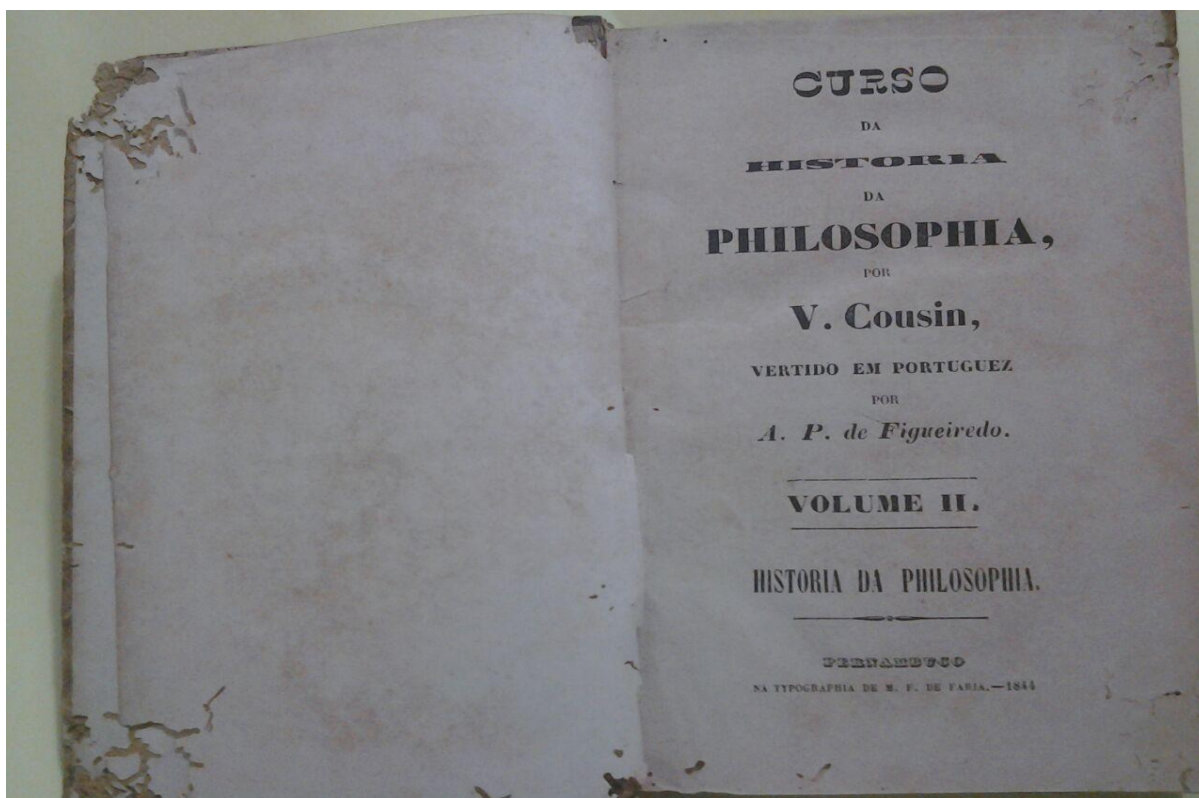
Pelos serviços prestados à matriz de sua freguesia foi agraciado com a comenda da Ordem de Cristo. Por ato de 26 de outubro de 1870, foi nomeado inspetor paroquial da Instrução Pública de São Cristóvão. Deixou grande número de sermões inéditos, dos quais os seus herdeiros ofereceram a maior parte ao Padre José Joaquim Ludovice, vigário de Simão Dias, e os restantes ao Padre José Joaquim de Brito, vigário de Vassoura no Rio de Janeiro. A sua biografia foi publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe de 18 de setembro de 1896 (GUARANÁ, 1925, p. 314).

**Quadro 8** – Relação das obras doadas por reverendo José Gonçalves Barrozo

	Título	Ano de publicação	Volume
1.	Cours de histoire philosophie por V. Cousin – Ver 8	1841	03
2.	Ouvres de Locke	1822	07
3.	Constituição Synodal	-	01

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

**Figura 8** – Livro Curso da história da filosofia



Fonte: Autora (2016)

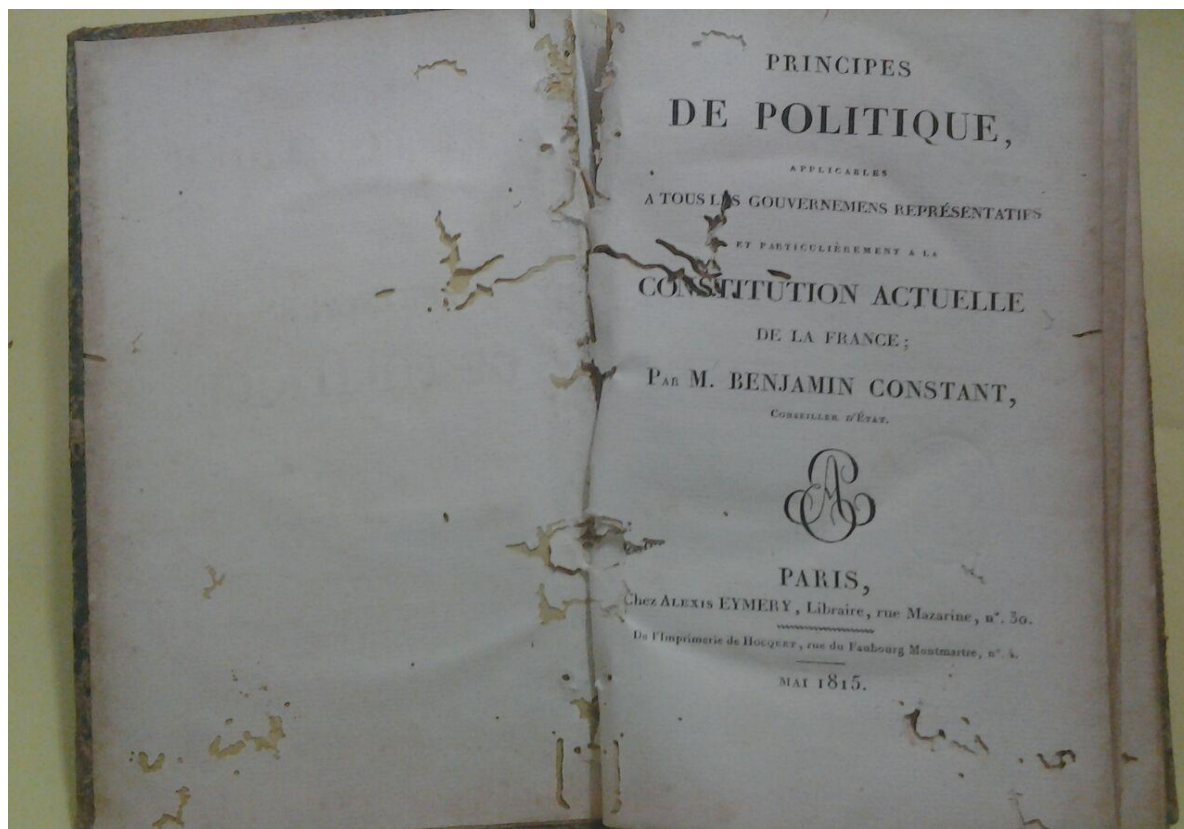
- **Dr. Martinho de Freitas Garcez**

Filho de Martinho de Freitas Garcez e Dona Helena Buena César. Nasceu em 1810 no engenho Comandaroba, em Laranjeiras. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Academia de Olinda. Exerceu os cargos de secretário do governo da província, nomeado, em julho de 1843; foi procurador fiscal da Tesouraria Geral até dezembro de 1851; foi promotor público da comarca de Laranjeiras em entre os anos de 1856 e 1858; foi juiz municipal suplente e deputado provincial nas legislaturas de 1848-1849, 1852-1853, 1854-1855 e 1856-1857. Como deputado propôs a Assembleia em 1848, a criação da Biblioteca Provincial de Sergipe. No funcionalismo público, dedicou-se também à advocacia e à imprensa. Faleceu em Laranjeiras em 30 de julho de 1861 e seu corpo inumado na capela do engenho Comandaroba (GUARANÁ, 1925, p. 426).

**Quadro 9** – Relação das obras doadas por Dr. Martinho de Freitas Garcez

	Título	Ano de publicação	Volume
1.	Principes d' Economie politique – Ver figura 9	1820	02
2.	Fritot	-	04
3.	Pagés	-	01

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

**Figura 9** – Livro de Princípios da política

Fonte: Autora (2016)

- **Dr. Antônio Nobre de Almeida Castro**

Nasceu no dia 19 de junho de 1822, no engenho Cambão, em Laranjeiras. Filho de Manuel Francisco da Cunha Nobre e Dona Maria Joaquina de Leão e Castro Nobre. Faleceu em 03 de novembro de 1862, na casa de saúde do Dr. Ricord, em Paris. Bacharel formado em 1848, pela Academia Jurídica de Olinda, exerceu cargo público na promotoria da Capital, lente de geografia e história e diretor do Liceu Sergipense. Lecionou interinamente a cadeira de retórica, foi por mais de uma vez procurador fiscal interino da Tesouraria Geral da Fazenda entre os anos de 1852 e 1854, foi nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Capela em 1856, conseguiu em 1859, ser reconduzido no mesmo lugar. Eleito deputado provincial desde

1852 em seis legislaturas consecutivas, como político sempre discutiu com dedicação todas as questões levantadas na Assembleia, onde as suas opiniões eram ouvidas com o respeito devido ao seu conhecimento na área jurídica (GUARANÁ, 1925, p. 56).

**Quadro 10** – Relação das obras doada por Dr. Antônio Nobre de Almeida Castro

Título		Ano de publicação	Volume
1.	Cours du Droit Commercial por Pardessus	1831	05

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

- **Pedro d' Alcântara Salles**

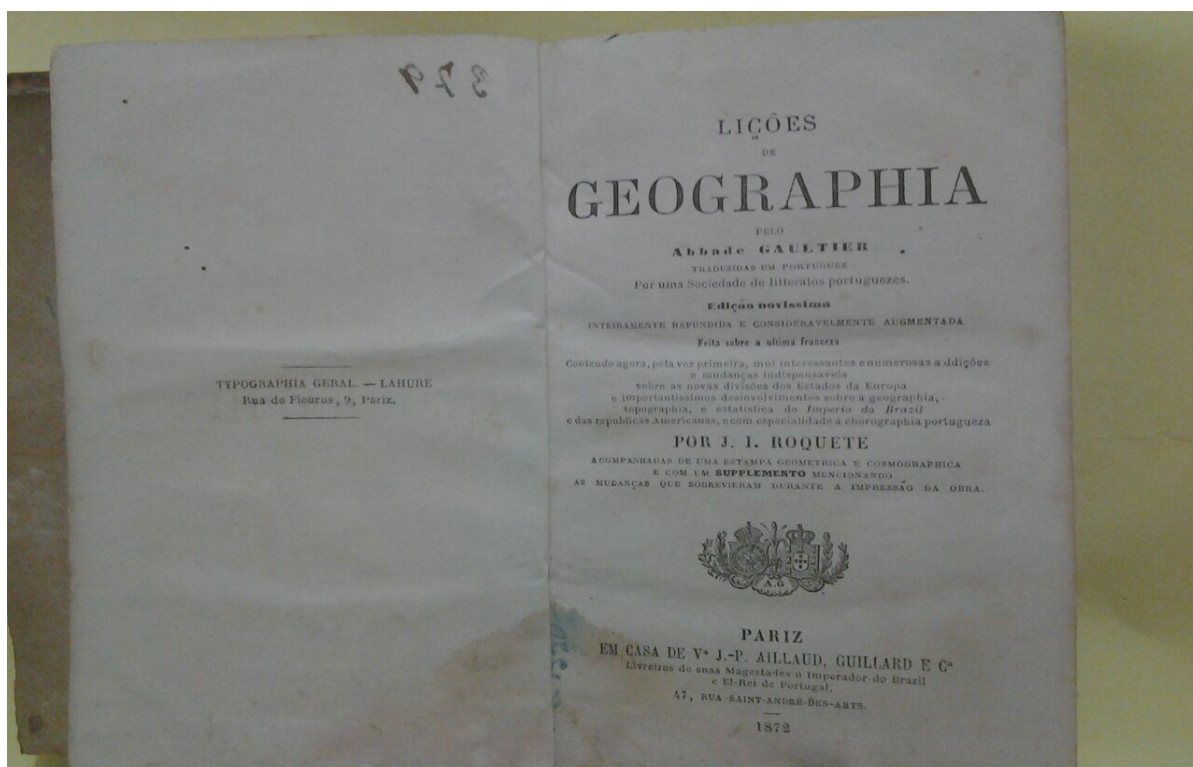
Senhor de escravos (ANNUNCIO..., 1853, p. 4).

**Quadro 11** – Relação das obras doadas por Pedro d' Alcântara Salles

Título		Ano de publicação	Volume
1.	Defense du Christianisme por M. D. Fraissimons	1837	03
2.	Compêndio de Rhetorique por Leclere	-	01
3.	Lições de Geographia por Abbade Gaultier (trad. J. J. Roquete) – Ver figura 10	-	01

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

**Figura 10** – Livro Lições de Geografia



Fonte: Autora (2016)

- **Dr. Manoel Rodrigues Barreto**

Dono do engenho Pindoba. Eleito deputado provincial de Sergipe com 185 votos para biênio de 1852 e 1853. (RESULTADO..., 1851, p. 4).

**Quadro 12** – Relação das obras doadas por Dr. Manoel Rodrigues Barreto

	Título	Ano de publicação	Volume
1.	Tito Lívio traduzido por Delamale	-	17
2.	Regras de Eloquencia por Gibert	1789	02
3.	De l' Esprit por Helvetuis	1822	02
4.	Instituições oratórias de M. F. Quintiliano vertidas do latim por Jerônimo Soares Barboza	1830	02
5.	Ensaio sobre o modo de melhorar as terras	1801	01
6.	Tratado das abelhas por Fr. José Mariano Velloso	1800	01
7.	Poética de Horacio por Jerônimo Soares Barboza	-	01

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

- **Manoel Antonino de Carvalho Aranha**

Tenente ajudante do Batalhão número 01 da Guarda Nacional da cidade de São Cristóvão. Engenheiro responsável pela execução de diversas obras na Província (EXPEDIENTE..., 1851, p. 2). Pai do juiz de direito Augusto Álvaro de Carvalho Aranha e casado com Dona Maria Brasilina Fontes de Carvalho Aranha. (GUARANÁ, 1925, p. 77).

**Quadro 13** – Relação das obras doada por Manoel Antonino de Carvalho Aranha

	Título	Ano de publicação	Volume
1.	O Conde de Monte Christo	-	05

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

- **Dr. Antônio Dias Coelho e Mello (Barão de Estância)**

Filho do Coronel Domingos Dias Coelho e Melo (Barão de Itaporanga) e de Dona Maria Michaela Coelho Dantas e Melo, nasceu em 1822, no antigo engenho Colégio, freguesia de Itaporanga e faleceu em São Cristóvão no dia 05 de abril de 1904. De acordo com os desejos da família, foi a Europa em 1842, a fim de fazer o curso superior na Escola de Pontes e Calçadas de Paris, mas retornou à terra natal sem concluir, trocando a carreira das letras pela vida da lavoura, a exemplo de toda a sua família que era composta de agricultores. Na política alcançou as mais altas posições, entre cargos eletivos até aos de chefe de partido e senador do Império. Foi juiz de paz e vereador e presidente da Câmara Municipal de

Itaporanga, deputado em várias legislaturas da Assembleia Provincial e senador nomeado por Carta Imperial de 24 de janeiro de 1885, devido ao falecimento do senador Antônio Diniz de Siqueira e Melo.

Como vice-presidente governou a província nos períodos de 22 de junho a 31 de julho de 1863; de 24 de fevereiro a 21 de junho de 1864 e de 23 de janeiro a 01 de fevereiro de 1866. Foi comendador das Ordens de Cristo e da Rosa, presidente da Diretoria do extinto Imperial Instituto Sergipano de Agricultura. Foi agraciado com o título de barão de Estância pelo concurso oferecido ao governo do país na circunstância anormal da Guerra do Paraguai, recolheu-se à vida particular com a proclamação da República, de que resultou ser desapossado da sua cadeira de Senador vitalício do Império. (GUARANÁ, 1925, p. 32-33).

**Quadro 14** – Relação das obras doadas por Dr. Antônio Dias Coelho e Mello (Barão de Estância)

	Título	Ano de publicação	Volume
1.	Ouvres completes de La Fontaine	-	06
2.	Ouvres de Florian	-	07
3.	Plutarque de la Jeunesse por Pierre Blanchard	1832	04
4.	Leçons de Philosophie por Laromiguiere	1822	03
5.	Ouvres de Boileau	-	03

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

- **Reverendo José Alberto de Santa Anna**

Funcionário da secretaria de governo da Província de Sergipe. (REALAÇÃO..., 1851, p. 4).

**Quadro 15** – Relação das obras doadas por reverendo José Alberto de Santa Anna

	Título	Ano de publicação	Volume
1.	Theologia moralis por Bailly	1823	08

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

- **Dr. Manoel de Freitas Cezar Garcez**

Eleito deputado provincial de Sergipe com 351 votos para biênio de 1852 e 1853. Foi presidente do júri da Capital (RESULTADO..., 1851, p. 4). Foi desembargador do Estado. Pai do juiz, deputado e senador Martinho César da Silveira Garcez e casado com dona Clara Júlia da Silveira Garcez. Dono do engenho Comandaroba, município de Laranjeiras (GUARANÁ, 1925, p. 423).

**Quadro 16** – Relação das obras doadas por Dr. Manoel de Freitas Cezar Garcez

	Título	Ano de publicação	Volume
1.	Droit Commercial por Pardessus	1831	05
2.	Roilleau	-	03
3.	Contos de La Fontaine	-	02
4.	Elementos de economia política por Jonh Mill	1833	01
5.	Código penal das pessoas do bem	-	01

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

- **Euzébio Vanerio**

Funcionário da instrução pública de Sergipe. Lecionou as disciplinas de inglês e comércio no colégio Liceu Sergipense (RELAÇÃO..., 1851, p. 4).

**Quadro 17** – Relação das obras doadas por Euzébio Vanerio

	Título	Ano de publicação	Volume
1.	Ouvres completes de Condillac	-	30
2.	Elements d' Ideologie por D. de Fracy	1815	04
3.	Os Martires por Chateaubriand - Tradução em verso livre por F. M. do Nascimento – Felinto Elysio	-	02
4.	Manual do Cidadão	-	01

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

- **José Baptista Vieira de Mello**

Comandante superior da guarda nacional dos municípios de Laranjeiras e Santo Amaro. Eleito deputado provincial de Sergipe com 211 votos para biênio de 1852 e 1853 (RESULTADO..., 1851, p. 4).

**Quadro 18** – Relação das obras doadas por José Baptista Vieira de Mello

	Título	Ano de publicação	Volume
1.	Riches des Nations por Adam Smith	-	05
2.	Cours d'Economie politique por J. B. Say	1823	06
3.	Pobresa das Nações por Foderé	-	01
4.	Curso d' economie politique	-	04
5.	Sistema vegetalis por Linné	1798	01
6.	Memoire historique sur lesTempliers	-	01
7.	Calcule des fonctions	1806	01
8.	Physiologia vegetal por Brisseau,	-	02
9.	Constitutions d' Angleterre por De Lolme	1822	02
10.	Droitdes Gens por Vatel	1820	02
11.	De la democratie en l' Amerique por Mr. de Toqueville	1836	02
12.	Repertoire de lalitterature	-	30
13.	Ouvres completes de Mr. de Voltaire	-	46
14.	Histoire Parlementaire de la Revolucion Française	-	39
15.	Historia d' Angleterre por Thierry (1835)	1835	04

Fonte: Jornal O Correio Sergipense (1851)

Ao longo de anos inserida na sociedade sergipana a Biblioteca Pública Provincial de Sergipe, atualmente conhecida como Biblioteca Pública Epifânio Dória ainda guarda em suas estantes inúmeras obras que formaram seu acervo nos séculos XIX e XX e estão acessíveis para consulta na biblioteca (com solicitação prévia ao setor responsável) por qualquer cidadão brasileiro ou estrangeiro. Seu acervo é considerado o terceiro mais rico do Brasil.

Calcula-se que existam cerca de 3.000 (três mil) a 4.000 (quatro mil) volumes do antigo acervo da Biblioteca Provincial. Hoje esse acervo está instalado em duas salas no 2º andar da biblioteca com a denominação de Obras Raras. Porém, apesar dos esforços do historiador Pedrinho dos Santos, aluno e auxiliar de Epifânio Dória, com o qual aprendeu o ofício de conservação, o acervo corre riscos.

Do mesmo modo que ocorria há quase dois séculos, o acervo está exposto à mesma situação de má conservação e de esquecimento. Seus volumes estão se deteriorando por falta de um ambiente que ofereça as mínimas condições físicas e químicas de preservação. Muitas obras já não podem ser consultadas, pois se dissolvem ao manuseio, e outras, em pouco tempo também estarão indisponíveis para consulta.

A preservação do acervo majoritariamente em suporte papel deveria ser uma tarefa obrigatória dos profissionais da Biblioteca, devido ao seu amplo valor para a memória intelectual local e nacional, sendo esta visitada por pesquisadores de várias regiões do Brasil e mesmo estrangeiros. A biblioteca, enquanto unidade de informação, não possui uma política

de preservação e conservação que possa abrandar esse impacto ou mesmo medidas que garantam o manuseio apropriado, higienização adequada ou integridade física de tal acervo.

Para melhor contextualizar as obras que figura o acervo da primeira fase de funcionamento da Biblioteca Pública Provincial de Sergipe, se buscou informações tais como: título, autor, ano de publicação, estado físico, ano de aquisição e gestor, na época da inserção da obra no acervo da referida Biblioteca, porém não foi localizado registro com tais informações e devido a estado de preservação de alguns livros também não possível obter todos os dados.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas de cunho histórico são importantes para uma infinidade de estudos, nas mais diversas áreas, e a história das bibliotecas no Brasil em suas diferentes épocas pode contribuir para novos trabalhos não somente para a Biblioteconomia, como para a Ciência da Informação, História do Livro, Sociologia, dentre outras possíveis abordagens e problemas de pesquisa aventados.

Aqui se levantou para além do aspecto histórico, informações acerca do procedimento de formação do acervo da Biblioteca Pública Provincial de Sergipe, e fez necessário abordar a o processo do Desenvolvimento de Coleções que contempla praticas voltada para a formação de coleções em unidades de informação. Dado o alto valor informacional do acervo, do ponto de vista cultural, social e histórico para se entender a circulação do livro em Sergipe e a importância da preservação da história dessa instituição.

O presente trabalho procurou resgatar a memória institucional da Biblioteca Provincial de Sergipe, através da análise de tipologias documentais: “Fallas” e Relatórios dos Presidentes da Província e do Jornal Correio Sergipense à época, imprensa oficial de Sergipe, durante a segunda metade do século XIX. A criação da Biblioteca atendia aos interesses da Congregação do Liceu de São Cristóvão, pois estava ligada diretamente a instrução pública da Província, e como instituição cultural era vista como marco do processo civilizatório. Seu acervo reunia obras de diferentes áreas, supõe-se aqui que os conteúdos desses volumes visava facilitar o acesso ao conhecimento dos alunos matriculados no colégio Liceu Sergipense.

O processo de formação do acervo de uma unidade de informação, a exemplo da Biblioteca Provincial, que estava atrelada ao Liceu devia atender os requisitos do público estudantil. Dessa maneira, adotar uma política de seleção seria primordial para aquisição de materiais que servisse de apoio informacional às pesquisas e atividades de ensino, e que acompanhasse os conteúdos previstos nos programas das disciplinas, tanto para os alunos quanto para aperfeiçoamento dos professores. Porém, mesmo não focando os critérios do desenvolvimento de coleções que conhecemos hoje, que corresponde: estudo de comunidade, política de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação. Visto que seu acervo inicial foi composto exclusivamente por obras doadas por pessoas da aristocracia sergipana, uma vez que a biblioteca não possuía verba para aquisição de livros.

Considerando que os livros recebidos por doação refletiam as ideias de seus doadores, ou seja, o modo como o acervo foi formado estava voltado ao critério da

acumulação de seus benfeitores (a elite sergipana), ao invés da seleção voltada para a qualidade e relevância do acesso à informação para os usuários da biblioteca e o do Liceu. Entretanto, seria necessário um estudo mais aprofundado a respeito dos conteúdos programáticos dos colégios à época.

Os doadores pertenciam a uma elite letrada, eram homens de muito prestígio na sociedade sergipana e de distintas profissões, como: médicos, advogados, políticos, donos de engenhos, membros da igreja, funcionários públicos e presidente da província. A biblioteca apesar de ser designada pública, era voltada a atender a uma população instruída e masculina, uma vez que os atendidos eram os alunos do colégio Liceu de São Cristóvão, ficando de fora mulheres, pobres, escravos mesmos os livres, visto que a educação nesse período para essas classes ainda era restrita.

Os dados levantados neste trabalho constatarem que durante a primeira fase de funcionamento da biblioteca houve compras pouco significativas de livros ou periódicos para ampliação do acervo, porém não foi possível mencioná-los aqui, devida à dificuldade de localizar essas fontes. Levantou-se ainda, que as doações sempre fizeram parte do cotidiano da biblioteca ao longo dessa fase.

Enfatiza-se aqui a importância do processo de desenvolvimento de coleções enquanto instrumento para identificar, selecionar e categorizar o conhecimento registrado em unidades de informação. Cada unidade reflete um grupo social a qual ela está inserida e suas coleções representam as características institucionais e legítimas desse grupo.

A biblioteca Pública Provincial de Sergipe como patrimônio histórico ao longo do tempo assumiu um papel importante na preservação do conhecimento humano, através de livros com conteúdos de diversas áreas, além de identificar seu estado físico, formato e ano de aquisição. Tais informações são de grande relevância para os futuros estudos, uma vez que essas obras são fontes fundamentais para inúmeras pesquisas. Esses volumes proporcionam aos seus usuários e principalmente a pesquisadores, a possibilidade de resgatar a memória evolutiva da humanidade.

Levantou-se aqui que diferente da hipótese abordada no início desta pesquisa houve certa preocupação com desenvolvimento de coleções, quando a lei de criação enfatizou que a biblioteca teria obras antigas e modernas de todas as áreas do conhecimento humano, escolhidas e das melhores edições, seja por aquisição ou doadas. Notou-se que o bibliotecário utilizou técnicas existentes à época para atualização e organização do acervo para atender melhor os usuários, a exemplo da utilização do Sistema Garnier que estruturava os livros nas estantes em cinco classes: 1a: Teologia; 2a: Jurisprudência; 3a: Ciências e Artes; 4a: Belas

Letras; 5a: História. Tal organização por classes é adotada pelas bibliotecas até os dias atuais de maneira a facilitar o acesso dos livros aos seus frequentadores.

E por fim, esse trabalho ao levantar dados acerca da primeira fase de funcionamento da Biblioteca Pública Provincial de Sergipe, atualmente conhecida como Biblioteca Pública Epifânio Dória, teve como objetivo evidenciar a trajetória de uma unidade de informação secular de significativo valor para a história do povo sergipano.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Waldomiro. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

ANNUNCIO, **O Correio Sergipense**, São Cristóvão, ano 16, n.10, p. 4, 09 fev. 1853

ARRUDA, G. M. As práticas da biblioteca pública a partir das suas quatro funções básicas. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**, 2000. Anais... Porto Alegre: Associação Rio Grandense de Bibliotecários. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000734/01/T079.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. **Sergipe - Governadores e Presidentes da Província (1821-1889)**: Subsídios Biográfico-genealógicos. 2012. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/sergipe-I.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.

BATTLES, M.. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Histórico**. Disponível em: <[http://www.bn.br/portal/?nu\\_pagina=11](http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=11)>. Acesso em: 31 jul. 2014.

BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **História da biblioteca e do bibliotecário no mundo e no Brasil**. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/>>. Acesso em: 31 jul. 2014.

BIBLIOTHECA PUBLICA PROVINCIAL (Sergipe). **Appenso Nº 4. .** São Cristóvão: Typ. Provincial, 1854. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CASTRO, Augusto César. **História da biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000.

CID, Marcelo. **Philobiblon**: O Amigo dos Livros. São Paulo. Atelier Editorial, 2005.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CUNHA, V. A. da. A biblioteca pública no cenário da sociedade da informação. **Bíblios**, v.4, n.15, p. 67-75, abr./jun. 2003. Disponível em: <<http://bibliotecaproduz.files.wordpress.com/2009/06/as-praticas-da-biblioteca-publica-katty.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

DA SILVA, Luiz Antônio Gonçalves. **Civilizadoras Instituições**: Bibliotecas Provinciais Brasileiras no Século XIX. 2012. Disponível em: <<http://www.ibict.br/capacitacao-e->

[ensino/pesquisa-em-ciencia-da-informacao/pos-doutorado/pesquisas-concluidas-1/as-bibliotecas-brasileiras-no-seculo-xix/Luiz%20Antonio\\_parte%20textual%20revisada.pdf](#)>. Acesso em: 19 nov. 2015.

DIAS, Maria Matilde; PIRES, Daniela. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação**. São Carlos: Edufscar, 2003.

DÓRIA, Epifânio da Fonseca. A Biblioteca Provincial de Sergipe: Elementos para a sua história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, v. 11, n. 16, p. 75-89, 1942. Disponível em: <<http://www.revistaihge.org.br/index.php/revista/article/view/255>> Acesso em: 09 jun. 2016.

EXPEDIENTE do 24 de abril de 1851. **O Correio Sergipense**, São Cristóvão, ano 14, n. 30, p. 2, 03 maio 1851.

EXPEDIENTE do 26 de abril de 1851. **O Correio Sergipense**, São Cristóvão, ano 14, n. 30, p. 2, 03 maio 1851.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento & avaliação de coleções**. Brasília: Thesaurus, 1998.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Metodologias para a promoção do uso da informação: técnicas aplicadas especialmente em bibliotecas universitárias e especializadas**. São Paulo: Nobel, 1990.

FLOWER, D. A.. **Biblioteca de Alexandria**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

FONSECA, E. N. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. Ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Coordenação Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, 160 p.

GOVERNO DA PROVÍNCIA (Sergipe). **[Relatório]**. São Cristóvão: Typ. Provincial, 1853. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

GOVERNO DA PROVÍNCIA (Sergipe). **Falla com que foi aberta no dia 1º de março de 1865 a segunda sessão da decima quarta legislatura da Assembléa Legislativa desta provincia pelo presidente, doutor Cincinnato Pinto da Silva**. Aracajú: Typ. Provincial, 1865. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>>. Acesso em: 05 maio 2016.

GOVERNO DA PROVÍNCIA (Sergipe). **Falla com que foi aberta, no dia 20 de janeiro de 1866, a primeira sessão da decima quinta legislatura da Assembléa Legislativa d'esta provincia, pelo terceiro vice-presidente, commendador dr. Angelo Francisco Ramos**. Aracajú: Typ. Provincial, 1866. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>>. Acesso em: 05 maio 2016.

GOVERNO DA PROVÍNCIA (Sergipe). **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe na abertura da 2.a sessão ordinaria no dia 10 de julho de 1853, pelo exm. snr. presidente da provincia, dr. José Antonio de Oliveira Silva.** São Cristóvão: Typ. Provincial, 1853. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

GOVERNO DA PROVÍNCIA (Sergipe). **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1.o de março de. 1869 pelo exm. snr. presidente, dr. Evaristo Ferreira da Veiga.** Aracajú: Typ. do Jornal de Sergipe, 1869. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>>. Acesso em: 05 maio 2016.

GOVERNO DA PROVÍNCIA (Sergipe). **Relatorio apresentado perante Assembléa Legislativa Provincial da provincia de Sergipe pelo exm. snr. presidente da mesma, doutor Luiz Alvares de Azevedo Macedo, por ocasião de sua abertura no dia 4 de março em 1872.** Aracajú: Typ. do Jornal do Aracajú, 1872. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>>. Acesso em: 05 maio 2016.

GOVERNO DA PROVÍNCIA (Sergipe). **Relatorio com que foi aberta no dia 21 de janeiro de 1867 a segunda sessão da decima sexta legislatura da Assembléa Provincial da provincia de Sergipe pelo exm. snr. presidente, dr. José Pereira da Silva Moraes.** Aracajú: Typ. do Jornal de Sergipe, 1867. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>>. Acesso em: 05 maio 2016.

GOVERNO DA PROVÍNCIA (Sergipe). **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe na abertura de sua sessão ordinaria no dia 8 de março de 1852 pelo exm. snr. presidente da provincia, Dr. José Antonio de Oliveira Silva.** São Cristóvão: Typ. Provincial, 1852. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

GOVERNO DA PROVÍNCIA (Sergipe). **Relatorio.** : Aracajú: Typ. do Jornal do Aracajú, 1876. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

GOVERNO DA PROVÍNCIA (Sergipe). **Relatorio.** São Cristóvão: Typ. Provincial, 1853. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário biobibliográfico sergipano.** Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora Paulo Pongetti, 1925. Disponível em: <[clientes.infonet.com.br/serigysite/includes/serigysite/297/dicarmino.doc](http://clientes.infonet.com.br/serigysite/includes/serigysite/297/dicarmino.doc)> Acesso em: 03 jul. 2016.

INSTRUÇÃO PÚBLICA (Sergipe). **Relatorio com que o exm. snr. dr. Antonio dos Passos Miranda abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1.o de março de 1875.** Aracajú: Typ. do Jornal do Aracajú, 1875. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>>. Acesso em: 15 abr 2016.

INSTRUÇÃO PÚBLICA (Sergipe). **Relatorio com que o exm. snr. dr. José Martins Fontes, 1º o vice-presidente da provincia, abriu a 2.a sessão da 21.a legislatura da**

**Assembléa Legislativa Provincial, no dia 6 de março de 1877.** Aracajú: Typ. do Jornal do Aracajú, 1877. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>>. Acesso em: 15 maio 2016.

LEMOS, Charlene Kathlen. **Bibliotecas comunitárias em regiões de exclusão social na cidade de São Paulo:** estudo de caso da biblioteca comunitária Solano Trindade. 2005. 151 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)–Departamento de Ciência da Informação, UNESP, Marília, 2005.

JARAMILLO, Orlanda; MONTROYA RIOS, Mónica. Revisión del concepto de biblioteca pública. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 23, n. 1-2, ene./dic. 2000. Disponível em: <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/viewArticle/3126>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

MARTINS, W. **A palavra escrita:** história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MILANESI, L. **Biblioteca.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial.** 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe.** São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II:** (1840/1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

OLIVA, Terezinha Alves de; DA SILVA, Milton Barboza. **A trajetória do Cólera Morbus em Sergipe, Século XIX e XX – Parte II,** 2015. Disponível em: <<http://miltonbarboza.blogspot.com.br/2015/08/a-trajetoria-do-colera-morbus-em.html>> Acesso em: 26 out. 2015.

OLIVA, Terezinha Alves de; DA SILVA, Milton Barboza. **Cólera em Sergipe – Parte I:** Documentos sobre a Epidemia de Cólera em Sergipe no Século XIX, 2015. Disponível em: <<http://miltonbarboza.blogspot.com.br/2015/09/colera-em-sergipe-seculo-xix-parte-i.html>> Acesso em: 26 out. 2015.

PORTELLA, Célia Maria. Releitura da Biblioteca nacional. **Estudos avançados**, v. 24, n. 69, p. 1, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000200016&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000200016&script=sci_arttext)> Acesso em: 31 jul. 2014.

REGULAMENTO da Bibliotheca Publica Provincial de Sergipe. **O Correio Sergipense**, São Cristóvão, ano 14, n. 46, p. 2-3, 02 jul. 1851.

RELAÇÃ'O dos livros doados a Bibliotheca Provincial, que pela Secretaria da Presidencia va'o remetidos a mesma bibliotheca, com declaraça'o das obras, numero de volumes, e nomes das pessoas que as doara'o. **O Correio Sergipense**, São Cristóvão, ano 14, n. 49, p. 3-4, 12 jul. 1851.

RELAÇÃO dos pagamentos feitos pela folha dos empregados provinciaes em o mez de julho proximo findo, **O Correio Sergipense**, São Cristóvão, ano 14, n. 57, p. 4, 13 ago. 1851.

RESULTADO da Eleição para 20 Deputados que tem de servirem no biennio 1852-53, **O Correio Sergipense**, São Cristóvão, ano 14, n. 61, p. 4, 27 ago. 1851.

SANTOS NETO, Amâncio Cardoso. As filhas da peste: fome, morte e orfandade - Sergipe, 1855-1856. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 1, n. 38 p. 25-48, 2009. Disponível em: <<http://www.ihgse.org.br/revistas/38.pdf>> Acesso em: 05 mar. 2016.

SANTOS, Josiel Machado. O processo histórico evolutivo das bibliotecas da Antiguidade ao renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.8, n.2, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237/235>> Acesso em: 09 jun. 2014.

SANTOS, Pedrinho. Biblioteca Pública Epifânio Dória. Instituições Culturais de Sergipe. **História Linear**. Aracaju, v. 1, p. 26-34, 1984.

SERGIPE (Estado). Resolução Provincial nº 496, de 24 de maio de 1858. **Portaria Removendo Os Livros e Objectos da Bibliotheca Publica-da Secretaria D' Assembléa Provincial-para A Secretaria do Governo**. Aracaju, SE: Typ. Provincial, 04 jan. 1862. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SERGIPE (Estado). Lei nº 233 de 16 de junho de 1848. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/57217419/01-Lei-233-1848>> Acesso em: 10 jan. 2016.

SILVA FILHO, José Thiago da. Memória da Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão/SE. **Revista do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe**. Aracaju, n. 1, 2011, p. 141-163.

SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Biblioteca: uma trajetória. In: CONGRESSO DE BIBLIOTECONOMIA, 3., 2005. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *Ciência da informação*, v. 29, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/viewFile/252/220>> Acesso em: 31 jul. 2014.

TELES, Perolina Souza. **Considerações acerca da Legislação Educacional no Século XIX**, 2008. Disponível em: <[www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/.../labdNB5W.doc](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../labdNB5W.doc)> Acesso em: 10 mar. 2016.

VERGUEIRO, Waldomiro. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da informação**, v. 22, n. 1, 1993. Disponível em <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1208/849>> Acesso em: 31 jul. 2014.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989.

VERÍSSIMO, Marcelino. **Sergipe no Século XIX**. 2012. Disponível em:  
<<http://pt.scribd.com/doc/92916365/Sergipe-no-seculo-XIX>> Acesso em: 20 fev. 2016.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **TransInformação**, v. 24, n. 3, 2012. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a03v24n3.pdf>> Acesso em: 31 jul. 2014.

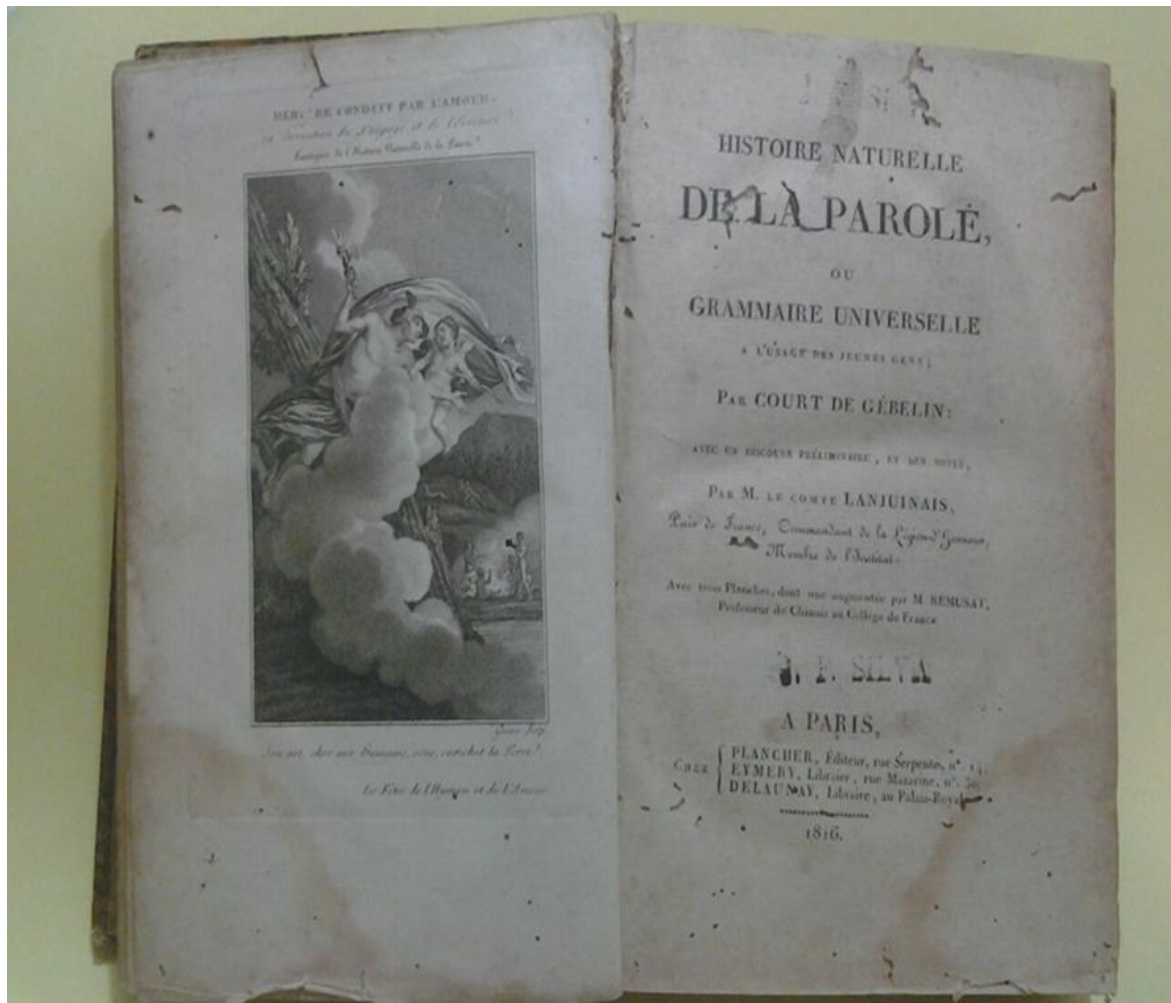
WEITZEL, Simone da Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em:  
<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/414/227>> Acesso em: 31 jul. 2014.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

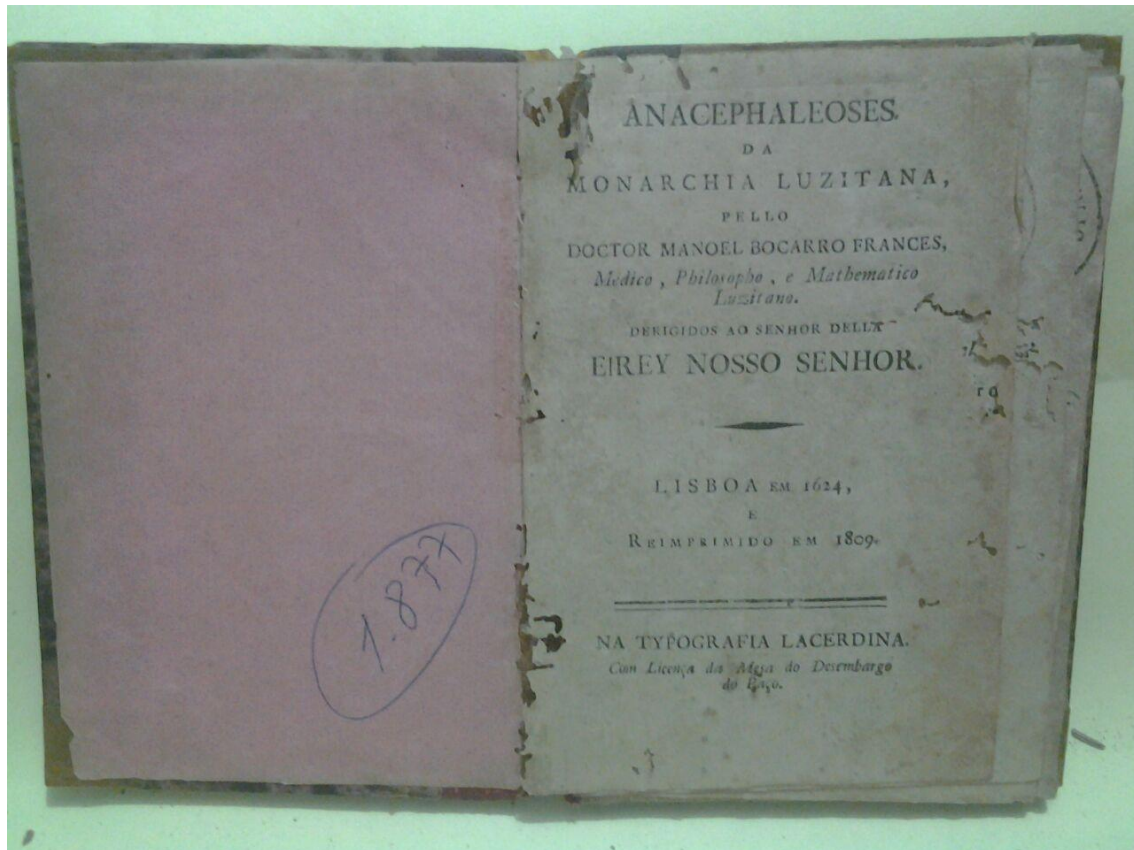
WEITZEL, Simone da Rocha. **Origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil**: estudo de caso da Biblioteca Nacional. 2009. Disponível em:  
<<http://eprints.rclis.org/15731>> Acesso em: 31 jul. 2014.

WIKIPÉDIA. **Gabriel Naudé**. Disponível em:  
<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel\\_Naudé](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel_Naudé)>. Acesso em: 05 out. 2016.

# APÊNDICE A – Livro de História Natural

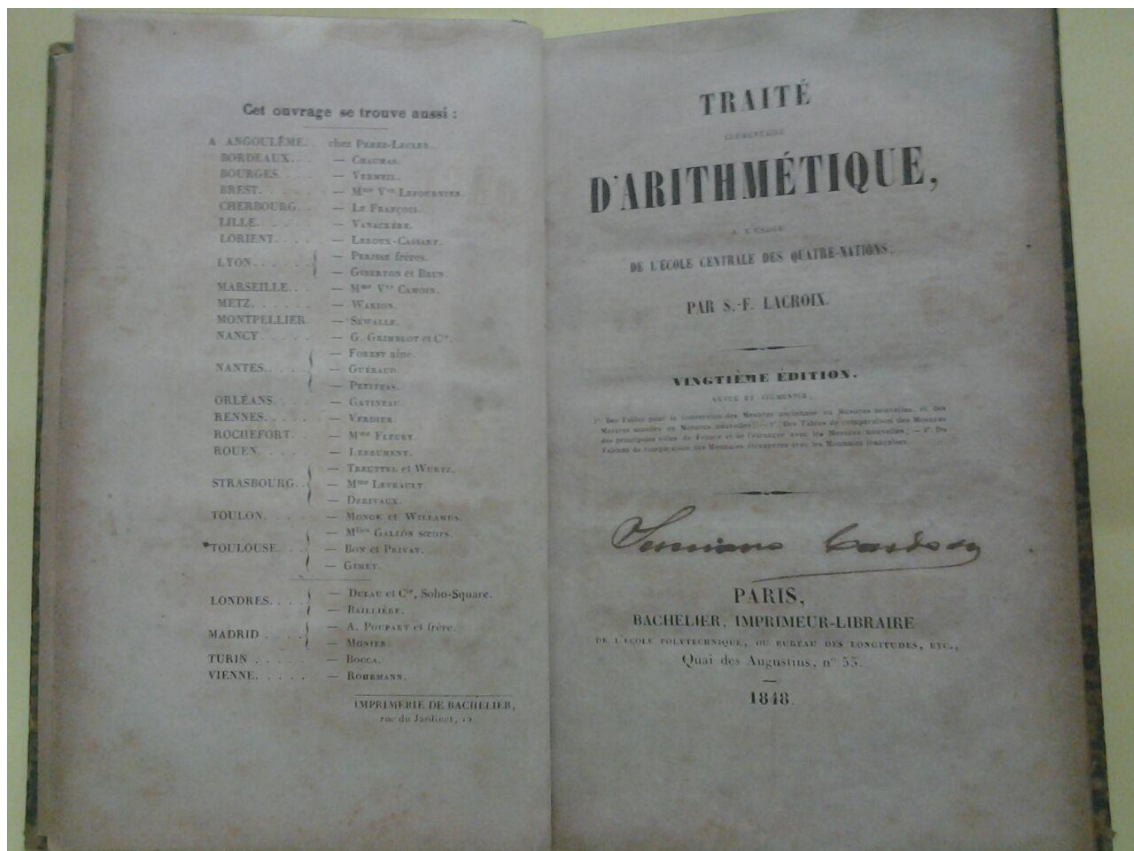


Fonte: Autora (2016)

**APÊNDICE B** – Livro Anacephaleoses da Monarchia Luzitana

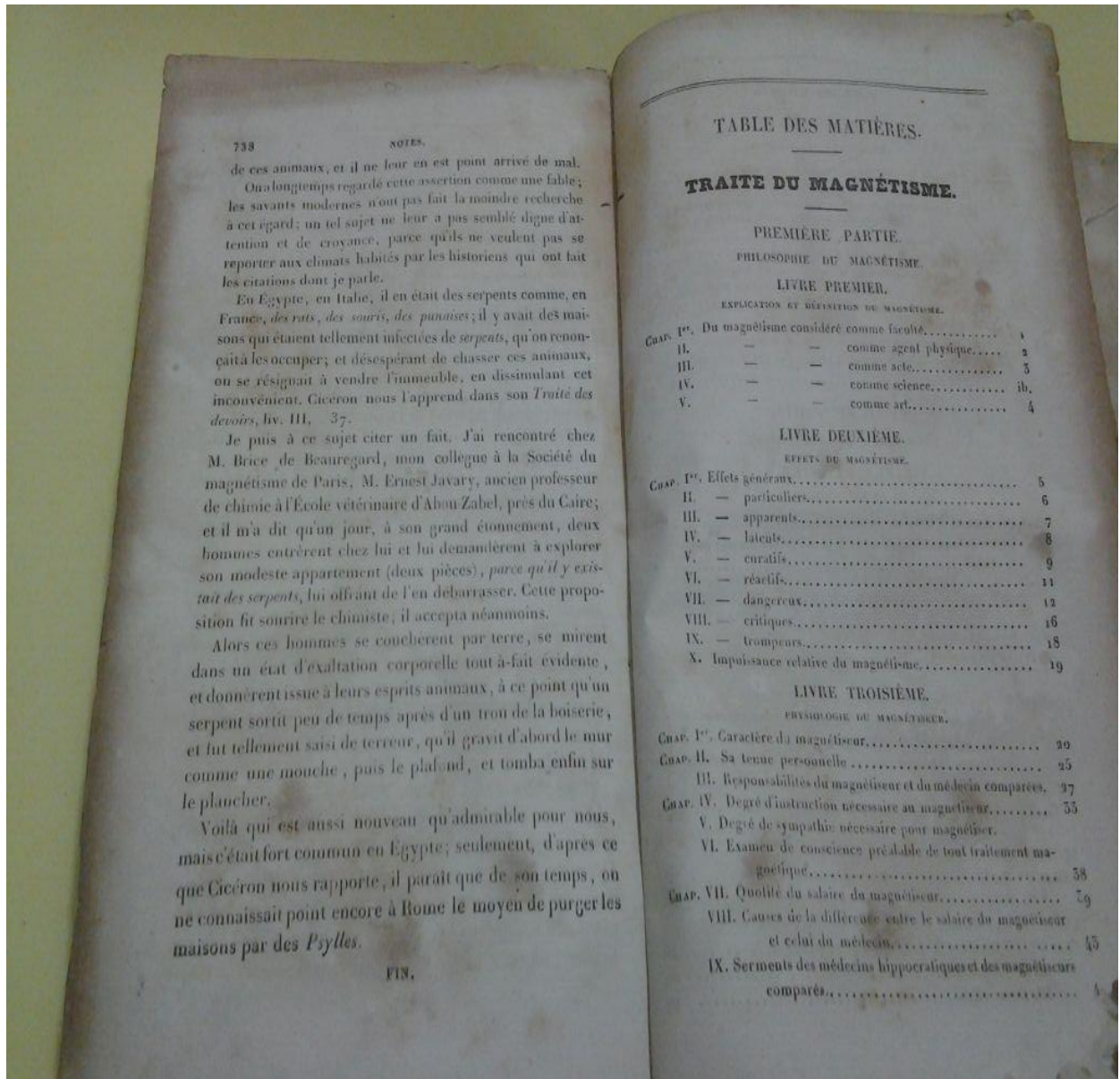
Fonte: Autora (2016)

# APÊNDICE C – Livro Tratado de aritmética



Fonte: Autora (2016)

## APÊNDICE D – Livro de Tratado do magnetismo (filosofia)



Fonte: Autora (2016)

**APÊNDICE E** – Catálogo bibliográfico do antigo acervo elaborado por Epifânio Dória.



Fonte: Autora (2016)

**APÊNDICE F** – Acervo de obras Raras

Fonte: Autora (2016)

**APÊNDICE G** – Acervo de Obras Raras (plástico protege os livros das infiltrações)



Fonte: Autora (2016)

**APÊNDICE H** – Acervo alojado em condições insalubres



Fonte: Autora (2016)

**APÊNDICE I** – Acervo exposto à luz solar

Fonte: Autora (2016)